

2025

# RELATÓRIO QUANTITATIVO



Ana Mouraz

Coordenadora do projeto

28-09-2025

## Ficha técnica

“Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do concurso Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do PLANAPP -Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P. (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)” / “This work was developed under the Science4Policy 2023 (S4P-23): annual science for policy project calls, an initiative PLANAPP - Centre for Planning and Evaluation of Public Policies in partnership with the Foundation for Science and Technology (FCT), financed by Portugal’s Recovery and Resilience Plan (PRR)”.

### 1. | AUTORES

**Ana Mouraz**, Universidade Aberta, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-7960-5923, **coordenadora**

Ana Patrícia Almeida, Universidade Aberta, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-5242-8285

Ana Nobre, Universidade Aberta, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-7963-8397

Anabela Caetano Santos, Universidade Aberta, (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-5242-8285

Bárbara Bäckström, Universidade Aberta, (DESG), Portugal – ORCID n.º 0000-0002-5844-3854

Catarina Nunes, Universidade Aberta, (DCT) Portugal – ORCID n.º 0000-0002-8357-0994

Cláudia Neves Universidade Aberta, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0002-8175-4749

Filipa Seabra Universidade Aberta, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0003-1690-9502

Lúcio Sousa, Universidade Aberta, (DESG), Portugal – ORCID n.º 0000-0002-8619-8673

Maribel dos Santos Miranda-Pinto, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0003-0813-1497

Marta Abelha, Universidade Aberta, (DEED), (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-7105-3722

Olga Magano, Universidade Aberta, (DESG), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-9661-6261

Pedro Abrantes, Universidade Aberta, (DESG), Portugal – ORCID n.º 0000-0001-9572-9563

Ana Beatriz Matos, Universidade Aberta, (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0009-0005-3587-8299

Irina Borges, Universidade Aberta, (LE@D), Portugal – ORCID n.º 0009-0003-5975-9302

Ntebatsa Elizabeth Gomes, Universidade Aberta, Portugal – ORCID n.º 0000-0006-9685-6082

Ana Filipa Neves, Universidade Aberta, Portugal – ORCID n.º 0009-0003-9273-9290

### 2. | TÍTULO

Relatório quantitativo AquiMeEncontro – Aqui me Encontro e confundo com gente de todo o Mundo

### 3. | RESUMO

O relatório dá conta de dois estudos que contribuem para a análise das medidas políticas de integração de estudantes internacionais no sistema educativo português, vista a partir das práticas de integração que as Escolas públicas portuguesas foram capazes de pôr em prática. Pretende ainda contribuir para o conhecimento e o reforço dos instrumentos orientados para o acolhimento e a integração de migrantes e refugiados, operacionalizados através de iniciativas no âmbito da formação e educação.

### 4. | PALAVRAS-CHAVE

Práticas de integração; Alunos internacionais; Práticas pedagógicas; Escolas públicas portuguesas

## Índice

1. Nota introdutória.....	4
Estudo 1 .....	6
Análise estatística da evolução dos estudantes internacionais no sistema educativo português - Ensino Básico e Secundário.....	6
Estudo 2 .....	17
As perceções das Direções de 122 Agrupamentos de Escolas Portugueses sobre as suas políticas e práticas de inclusão de estudantes internacionais .....	17
1. Enquadramento .....	18
2. Metodologia.....	20
Recolha de dados.....	20
Instrumentos.....	21
Validação do questionário .....	24
Codificação dos dados .....	25
Construção de indicadores derivados .....	26
Validação externa e triangulação .....	27
3. Resultados.....	28
Amostra do estudo.....	28
Análise de dados.....	30
Políticas de escola .....	30
Participação da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e EE .....	32
Sensibilização e ação do pessoal docente e não docente.....	34
Caraterização das práticas de inclusão .....	37
Indicadores positivos de inclusão .....	39
Indicadores negativos de inclusão .....	41
Parcerias e interculturalidade.....	43
6. Conclusão.....	45
7. Limitações do estudo .....	47
8. Referências bibliográficas.....	47

## Nota introdutória

O projeto AquiMeEncontro – Aqui me Encontro e confundo com gente de todo o Mundo , teve como objetivo analisar de que forma as escolas públicas portuguesas promovem a integração de crianças e jovens imigrantes e refugiados, identificando práticas pedagógicas eficazes e inovadoras que contribuam para a inclusão educativa e social. Inserido num contexto de crescente diversidade cultural no sistema educativo português, o projeto procurou compreender a forma como os Agrupamentos Escolares mobilizam recursos, estratégias e dinâmicas para responder aos desafios da multiculturalidade e para garantir o sucesso escolar destes estudantes. Para tal, foi construído e validado um inquérito por questionário, aplicado na plataforma Qualtrics XM, autorizado pela Direção-Geral da Educação, e dirigido a todos os 811 Agrupamentos de Escolas do território nacional. O processo de recolha de dados iniciou-se em outubro de 2024 e prolongou-se até março de 2025, tendo sido precedido por ações de sensibilização e divulgação através de webinars, contactos institucionais e envio de convites formais. Foram recebidas 126 respostas válidas, complementadas posteriormente por estudos de caso e pela análise de dados estatísticos oficiais, bem como por revisões de literatura produzidas no âmbito do projeto.

O presente relatório inclui dois estudos, de cariz quantitativo, realizados de forma complementar, constituindo o primeiro uma Análise estatística da evolução dos estudantes internacionais no sistema educativo português, nos Ensinos Básico e Secundário e o segundo a análise das perceções das Direções de 122 Agrupamentos de Escolas Portugueses sobre as suas políticas e práticas de inclusão de estudantes internacionais.

Os estudos incluídos neste relatório são necessários para dar conta de dois dos objetivos do projeto AquiMeEncontro, a saber:

Aquilatar a pertinência da evolução a que os sistemas educativos estão confrontados com as exigências dos movimentos demográficos que o fenómeno migratório trouxe a Portugal.

Identificar eixos estruturantes do acolhimento que os Agrupamentos de Escolas entendem e põem no terreno para incluir os alunos internacionais.

Assim , o estudo 1, realizado a partir dos dados da DGEEC relativos aos anos de 2022/23 e 2023/24, pretende verificar o tamanho da pressão exercida pelo aumento de estudantes internacionais sobre os Agrupamentos de Escolas. Explicitamente, responde-se à questão, *Como se distribuem as populações imigrantes no espaço geográfico português e qual é a sua demanda educativa?*

Já o estudo 2, construído a partir dos dados recolhidos junto das Direções de 122 Agrupamentos de Escolas, pretende analisar a importância de algumas políticas e práticas de inclusão de estudantes internacionais que as escolas respondentes desenvolvem e testar o alcance de alguns indicadores de inclusão.

Este projeto, e não apenas os dois estudos que aqui se incluem, destaca-se pelo seu contributo para o debate científico e político sobre a integração de estudantes internacionais em Portugal, reforçando o papel das escolas públicas enquanto espaços de acolhimento, inclusão e valorização da diversidade. Os resultados de todos os dados tratados no projeto, permitem identificar práticas inspiradoras e fornecem bases para a elaboração de recomendações e instrumentos de apoio às políticas públicas, orientados para o reforço da integração educativa em contextos de multiculturalidade.

## Estudo 1

# Análise estatística da evolução dos estudantes internacionais no sistema educativo português - Ensino Básico e Secundário

Ana Patrícia Almeida; Pedro Abrantes, Irina Borges.

De acordo com dados do Observatório das Migrações (2022), no ano letivo 2016/17, encontravam-se a frequentar o Sistema Educativo Português (Ensino Básico e Secundário) **38 712** crianças e jovens. Este valor, que tem vindo a aumentar de ano para ano, situava-se nos **71 652**, no ano letivo 2020/21 (figura 1)



Figura 1 Estrangeiros no sistema educativo

Fonte: Oliveira, C. R. (2022)

Este valor continua a demonstrar uma tendência de subida, sendo que de acordo com os dados da DGEEC referentes ao ano letivo 2022/23 e 2023/24, o número de Alunos Internacionais a frequentar o Sistema Educativo Português situava-se, respetivamente nos **140 340** e **171 692**.

Como é possível observar na tabela abaixo assiste-se a um movimento duplo no que diz respeito aos Alunos Nacionais e Internacionais. Se o número de Alunos Nacionais a

frequentar o SEP desceu 2,47% entre 2022/23 e 2023/24, já o número de Alunos Internacionais subiu (2,55%), compensando a descida dos Alunos Nacionais e ultrapassando essa mesma descida

A análise da distribuição dos alunos nacionais e internacionais a frequentar o SEP entre os anos letivos de 2022/23 e 2023/24 revela uma dinâmica contrastante. Segundo os dados apresentados na Tabela 1, o número total de alunos aumentou de 1205075 em 2022/23 para 1216012 em 2023/24, correspondendo a um crescimento global de 0,91%. Ora este incremento global decorre de uma dinâmica dual. Por um lado, a percentagem de alunos nacionais registou uma quebra de 2,47%, passando de 1064735 em 2022/23 para 1044320 em 2023/24, sendo que a sua proporção relativa também diminuiu de 88,35% para 85,88%. Por outro verificou-se um crescimento de 21,65% de alunos internacionais com os números a subirem de 140.340 para 171.692. Em termos relativos, estes alunos passaram a representar 14,12% do total, contra 11,65% no ano anterior.

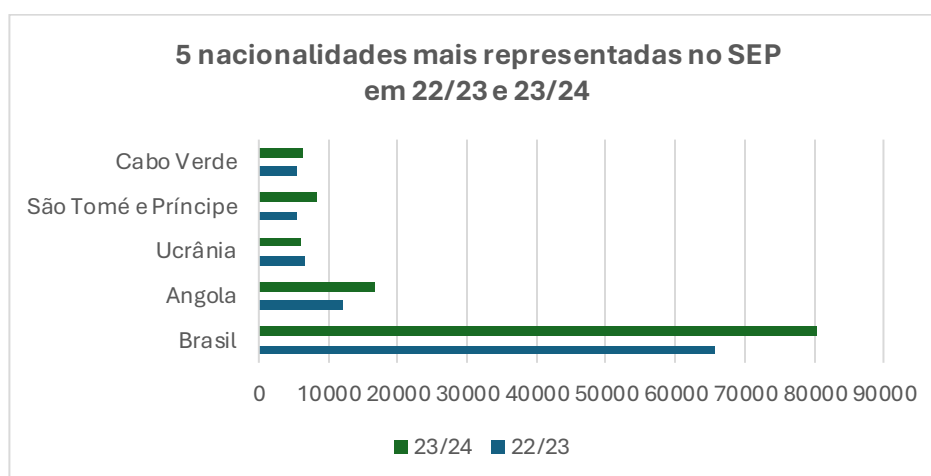
*Tabela 1- Número de alunos nacionais e internacionais no SEP*

	<b>22/23</b>	<b>%</b>	<b>23/24</b>	<b>%</b>
<b>Portugal</b>	1064735	88,35%	1044320	85,88%
<b>Outros</b>	140340	11,65%	171692	14,12%
<b>TOTAL</b>	1205075	100,00%	1216012	100,00%

No que respeita a diversidade de origens, observa-se igualmente um acréscimo: em 2022/23 os alunos internacionais provinham de 189 nacionalidades, número que subiu para 193 em 2023/24. Entre as nacionalidades mais representadas – Brasil, Angola; São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Ucrânia - os dados da figura 2 permitem verificar um padrão de crescimento praticamente generalizado. O Brasil continua a destacar-se como principal nacionalidade, com um aumento expressivo do número de estudantes. Angola São Tomé e Príncipe e Cabo Verde também apresentam crescimentos consistentes, reforçando a importância de relações históricas e linguísticas com países de expressão portuguesa como fatores de atratividade. Por outro lado, a Ucrânia constitui a única exceção à tendência de crescimento, registando uma ligeira descida no número de alunos entre 2022/23 e 2023/24. Este decréscimo poderá estar associado à instabilidade

geopolítica e fluxos migratórios decorrentes da guerra, o que poderá ter influenciado tanto a permanência como a continuidade dos percursos educativos destes alunos em Portugal.

Os alunos internacionais a frequentar o SEP no ano letivo de 2022/23 tinham origem em 189 nacionalidades diferentes e no ano 2023/24 de 193 nacionalidades. Apesar do número alto de nacionalidades representadas no SEP, há um conjunto de nacionalidades onde se concentram o maior número de alunos internacionais, nomeadamente Brasil, Angola, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Ucrânia. Podemos observar a evolução destas 5 nacionalidades nos anos letivos de 2022/23 e 2023/24 na figura 2. Como podemos observar houve um crescimento do número de alunos internacionais destas nacionalidades, exceto Ucrânia, que apresentou uma ligeira descida.



*Figura 2-5 nacionalidades mais representadas no SEP*

Considerando as nacionalidades com mais de 1000 alunos a frequentar o SEP, veja-se na tabela 2 a evolução do número de alunos entre 2022/23 e 2023/24. Como era possível observar em relação às 5 nacionalidades mais representadas no SEP, a tendência é similar no que respeita à subida do número de alunos internacionais. Há, no entanto, algumas das nacionalidades aqui identificadas que apresentam uma ligeira descida, como é o caso da Ucrânia, França, Itália, Alemanha, EUA e Roménia.

Considerando as nacionalidades com mais de 1000 alunos a frequentar o SEP, veja-se na tabela 2 É possível identificar tendências significativas entre os anos letivos de 1022/23 e 2023/24. Nela observa-se que, globalmente, há uma expansão do número de alunos internacionais, seguindo a linha de tendência anteriormente descrita.

Tabela 2- Comparativo dos alunos inscrito no SEP em 22/23 e 23/24

	22/23			23/24	
		%			%
Brasil	65862	5,47%	Brasil	80373	6,60%
Angola	12180	1,01%	Angola	16702	1,40%
Ucrânia	6591	0,55%	São Tomé e Príncipe	8343	0,70%
São Tomé e Príncipe	5586	0,46%	Cabo Verde	6498	0,50%
Cabo Verde	5494	0,46%	Ucrânia	6105	0,50%
Guiné-Bissau	3994	0,33%	Guiné-Bissau	4451	0,40%
França	3866	0,32%	França	4082	0,30%
China	2937	0,24%	Índia	3585	0,30%
Índia	2627	0,22%	China	3213	0,30%
Espanha	2323	0,19%	Venezuela (República Bolivariana da)	2680	0,20%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2220	0,18%	Nepal	2468	0,20%
Venezuela (República Bolivariana da)	2057	0,17%	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2347	0,20%
Nepal	1806	0,15%	Espanha	2253	0,20%
Itália	1570	0,13%	Paquistão	2044	0,20%
Roménia	1555	0,12%	Federação da Rússia	1842	0,20%
Alemanha	1419	0,12%	Estados Unidos da América	1769	0,10%
Estados Unidos da América	1398	0,11%	Itália	1729	0,10%

Paquistão	1367	0,10%	Bangladesh	1669	0,10%
Federação da Rússia	1235	0,10%	Alemanha	1583	0,10%
Moldávia (República da)	1226	0,10%	Roménia	1507	0,10%
Bangladesh	1030	0,09%	Colômbia	1340	0,10%
			Moçambique	1303	0,10%
			Moldávia (República da)	1255	0,10%
			Argentina	1144	0,10%

Quando consideramos a distribuição destes alunos internacionais ao nível do território continental nos dois anos letivos em análise é possível observar que os Distritos onde se concentram o maior número de alunos internacionais em 2022/23, são o Distrito de Faro, o Distrito de Lisboa e o Distrito de Setúbal. No ano letivo de 2023/24 o panorama mantém-se, no que respeita aos Distritos com maior número de alunos internacionais. No entanto, é visível um aumento do número de alunos internacionais em todos os distritos do país, variando entre um aumento de 1,64% (Distrito de Bragança) e 3,75% (Distrito de Castelo Branco). Os Distritos de Viseu e Santarém apresentam, igualmente um aumento de 3,35% de alunos internacionais e o Distrito de Leiria de 3%. Analisando a distribuição dos alunos internacionais ao nível concelhio,

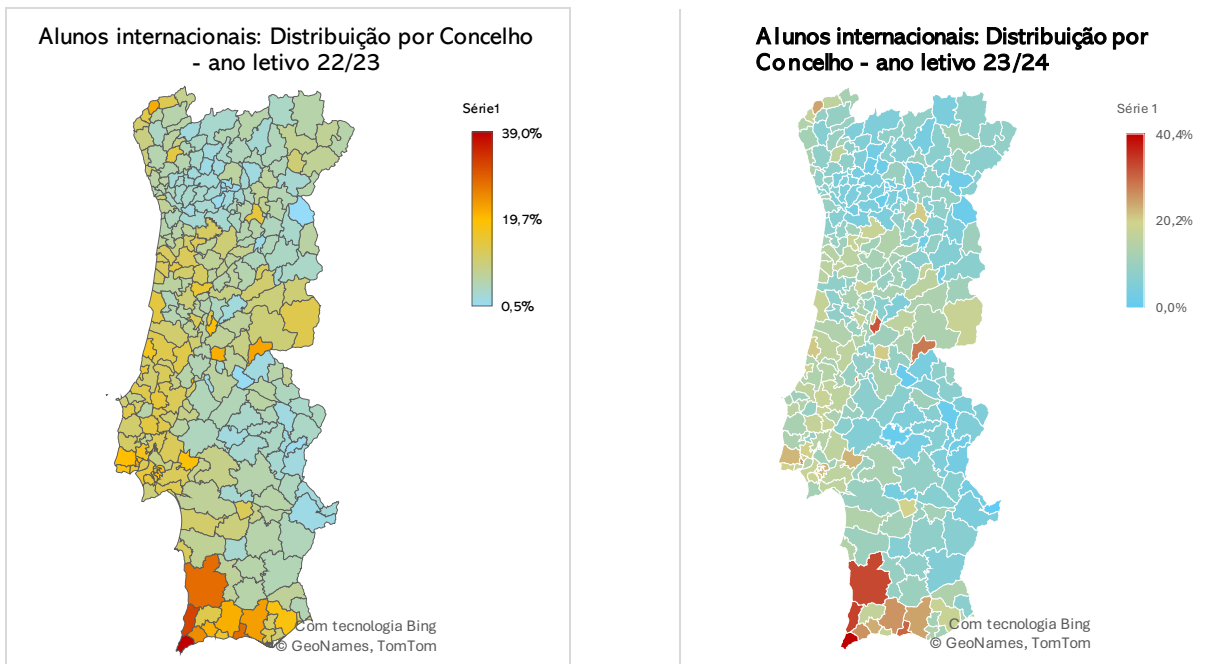


Figura 3 - Alunos internacionais - comparativo de 22/23 e 23/24

Se a distribuição territorial dos estudantes imigrantes no sistema educativo português não é homogénea, como vimos no ponto anterior, também a sua distribuição pelos diferentes segmentos do sistema apresenta algumas variações relevantes.

Começando pela distribuição dos estudantes pelos níveis de ensino, é possível constatar que a percentagem de alunos internacionais diminui quando se passa do ensino básico para o secundário. Em 2023/24, esta proporção aumentou face ao ano anterior em ambos os níveis de ensino, cifrando-se em 14,7% no ensino básico e 12,2% no ensino secundário, mas a diferença manteve-se constante (ver figura 4).

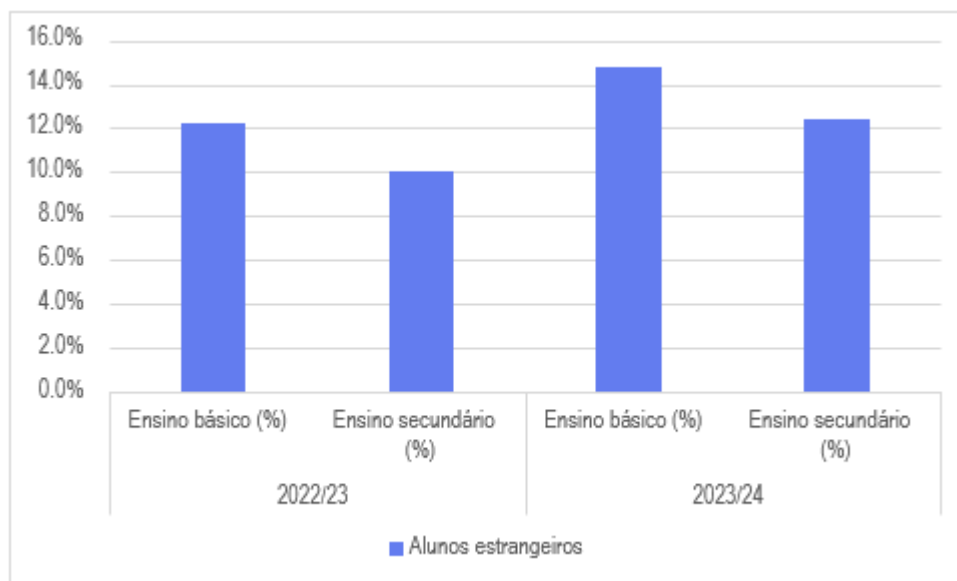


Figura 4- Alunos estrangeiros por nível de ensino- comparativo 22/23 e 23/24

Esta diferença poderá resultar da estrutura demográfica das populações, assim como pode refletir desiguais oportunidades de alcançar os níveis mais avançados do sistema. A primeira hipótese é colocada em causa pelo facto de a proporção de crianças na idade esperada no ensino básico (5-14 anos) ser semelhante entre alunos portugueses e estrangeiros (69,5% em 2023/24). Assim sendo, esta assimetria observada resultará efetivamente de dificuldades dos alunos estrangeiros no acesso ao ensino secundário, as quais podem ser temporárias, por exemplo, resultantes da permanência mais anos no ensino básico ou poderão ser permanentes, caso resultem de situações de abandono escolar.

Estas diferenças não são, contudo, semelhantes entre as diferentes populações imigrantes (ver figura 5). A este propósito, podemos encontrar, por um lado, populações que estão “subrepresentadas” no ensino secundário, como é o caso dos alunos brasileiros, ucranianos, franceses, indianos, venezuelanos, entre outros. De referir que, comparando com a estrutura demográfica, podemos observar que em alguns casos, como o das maiores populações europeias, isso corresponde efetivamente a uma maior proporção de alunos entre os 5 e os 14 anos. No entanto, em casos como o Brasil, a Ucrânia, a Índia ou o Paquistão, essa “subrepresentação” no ensino secundário excede de forma significativa o expectável considerando a estrutura demográfica. Por outro lado, temos populações que estão “sobre-representadas” no ensino secundário, como é o caso dos alunos dos países africanos de língua oficial portuguesa (exceto Angola), sobretudo, de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde. Esta situação poderá corresponder

a um movimento de jovens que vem para Portugal para prosseguir estudos, especificamente, no nível do ensino secundário.

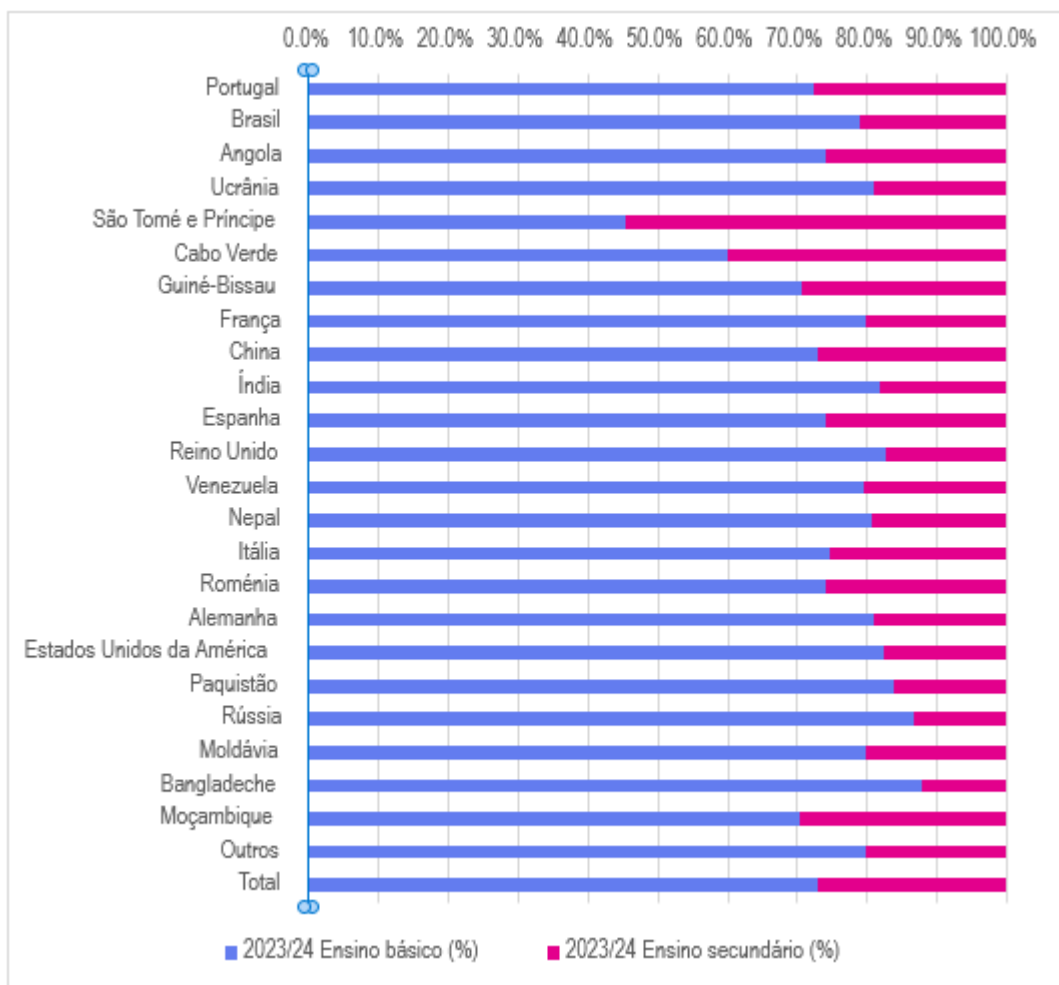


Figura 5-Alunos por nacionalidade e nível de ensino

Esta análise pode ser aprofundada pela distribuição das populações migrantes pelas diferentes ofertas de educação e formação existentes no sistema educativo português. Neste caso, optamos por um nível superior de agregação da variável nacionalidade, visto que a larga maioria dos estudantes está no designado “ensino regular”, incluindo aqui o curso geral do ensino básico e os cursos científico-humanísticos do ensino secundário, existindo depois um conjunto diversos de ofertas de cariz profissionalizante, algumas com contingentes muito pequenos (figura 6). Ainda assim, é possível observar uma diferença clara, no caso dos alunos dos países africanos de língua oficial portuguesa: neste caso, 18,9% frequentavam cursos profissionais e 5,4% cursos de aprendizagem e 1% cursos CEF, PIEF ou PCA, em 2023/24, enquanto estas percentagens eram apenas de 8,7%, 1,1% e 0,5% respetivamente, para os alunos portugueses. No polo oposto,

encontram-se os europeus, com apenas 7% dos alunos no total das ofertas profissionalizantes. De referir o caso especial dos cursos artísticos especializados, os quais eram frequentados por 0,6% dos alunos portugueses e 0,5% europeus, mas apenas 0,2% dos alunos brasileiros e 0,1% dos alunos de países africanos de língua oficial portuguesa.

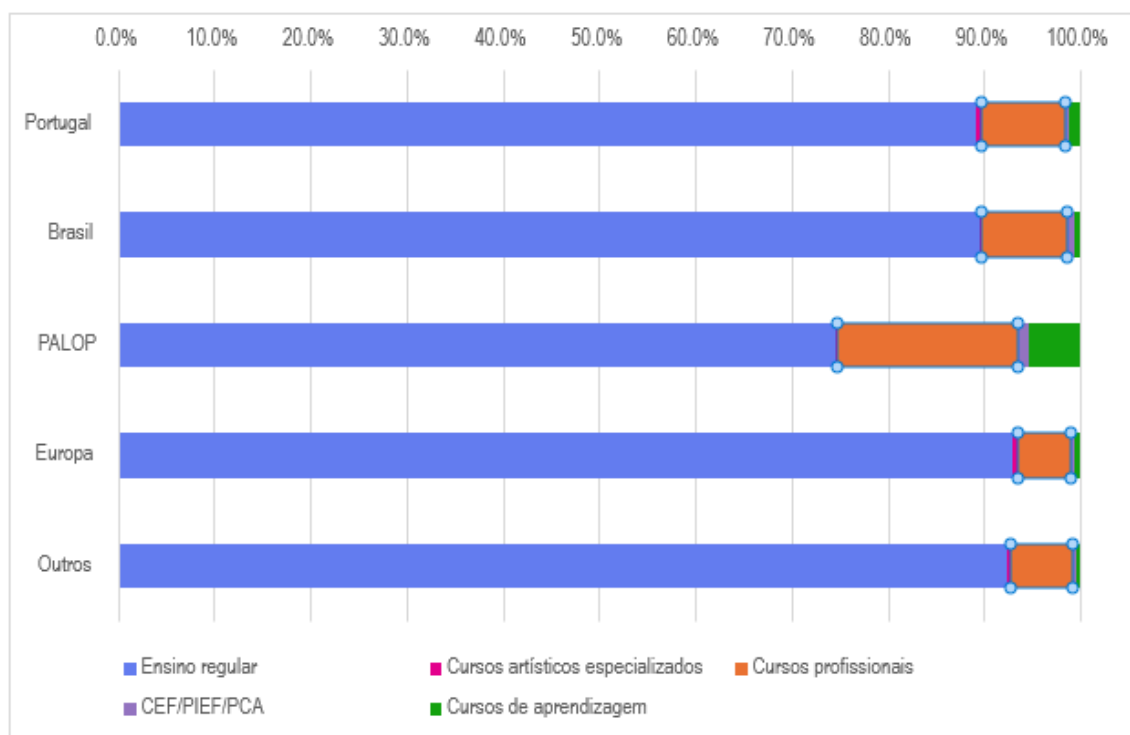


Figura 6. Distribuição dos alunos, por nacionalidade agregada e oferta de educação e formação (%), em 2023/24

Sendo possível os estudantes realizarem o seu percurso escolar em escolas da rede pública ou em estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos, é também interessante atender à distribuição dos alunos internacionais nestes dois tipos de estabelecimentos, até devido ao número crescente de colégios privados que oferece currículos internacionais, em Portugal.

Neste caso, se a percentagem que frequenta o ensino básico e secundário em estabelecimentos do ensino privado ronda os 15%, esta proporção varia muito entre nacionalidades, desde 59% dos alunos norte-americanos e 56% dos alunos espanhóis, até cerca de 5% dos alunos da Moldávia, do Bangladesh e do Paquistão (ver figura 7). Cabe recordar que, salvo casos excecionais, a frequência do ensino privado é financiada pelas famílias e também que existem, em Portugal, estabelecimentos de ensino privados que adotam os currículos de outros países, nomeadamente, de Espanha, França, Reino

Unido ou Alemanha, em alguns casos, oferecendo mesmo redução ou isenção de propinas aos nacionais desses países.

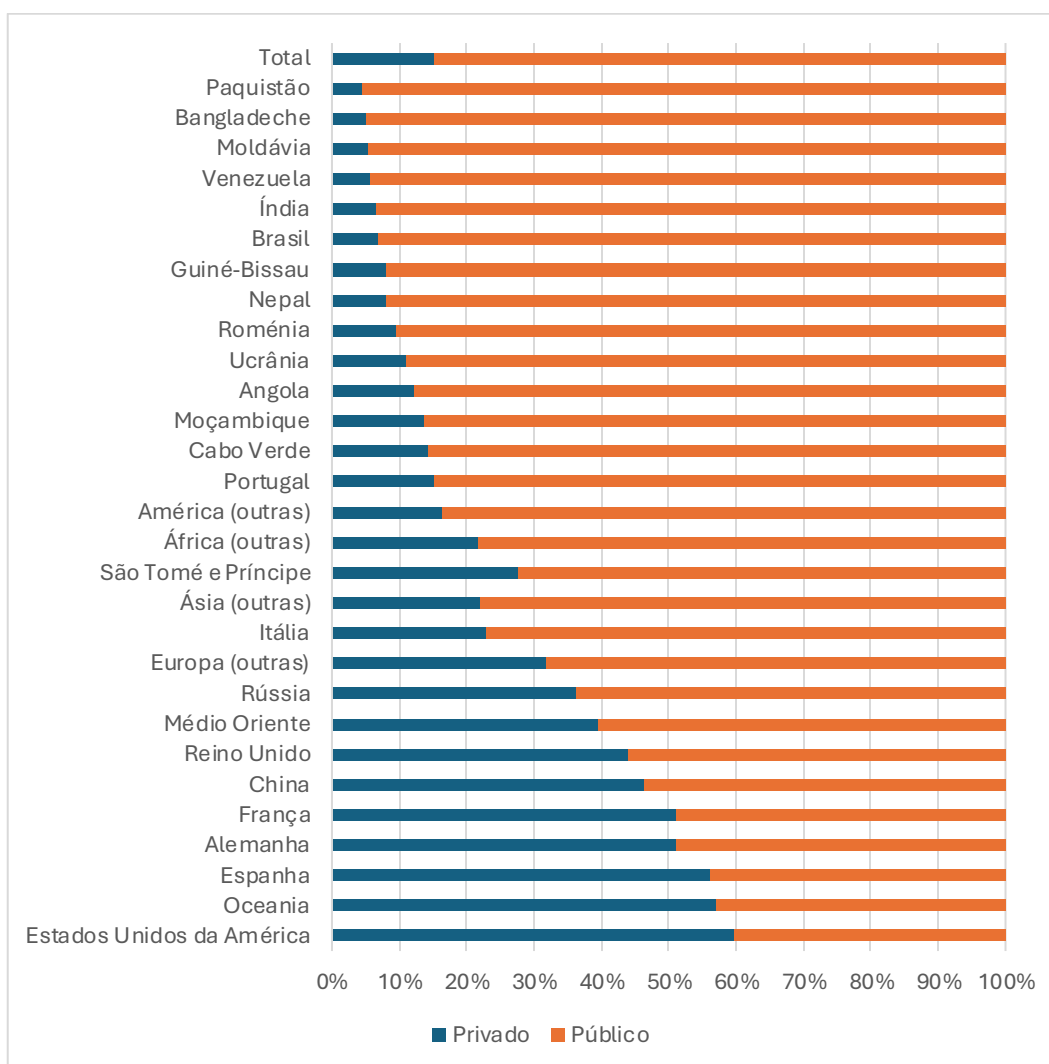


Figura 7. Distribuição dos alunos por nacionalidade (principais) e natureza do estabelecimento de ensino, em 2022/23 (%)

Por fim, é importante observar a distribuição dos alunos que beneficiam de apoio social escolar, por um lado, porque é a principal medida, em Portugal, orientada para a resolução de carências materiais que possam obstaculizar os percursos educativos, mas também porque estes apoios, aos estarem dependentes da entrega de comprovativos de rendimentos, constituem o indicador mais fiável da condição socioeconómica dos alunos.

Neste caso, considerando as principais 20 nacionalidades identificadas no sistema educativo português, podemos constatar que todas têm uma parte da população que aufer de apoios sociais escolares e uma outra que não, ainda que as proporções sejam

variáveis (ver figura 8). Neste caso, destacam-se a Ucrânia, Guiné-Bissau, Moldávia, Roménia, com mais de 40% dos alunos a beneficiar de algum tipo de apoio social escolar, seja do Escalão A, B ou C. Países como o Paquistão o Bangladesh ou Angola distinguem-se por proporções elevadas de beneficiários do Escalão A (casos de maior privação), mas um valor reduzido nos escalões B e C, o que deverá refletir desigualdades profundas no interior destas comunidades. Por seu lado, este apoio abrange menos de 20% de alunos de países como os Estados Unidos, a Rússia, a Espanha, a França, a Alemanha, o Reino Unido ou a China. De referir que este apoio abrange 31,4% dos alunos portugueses.

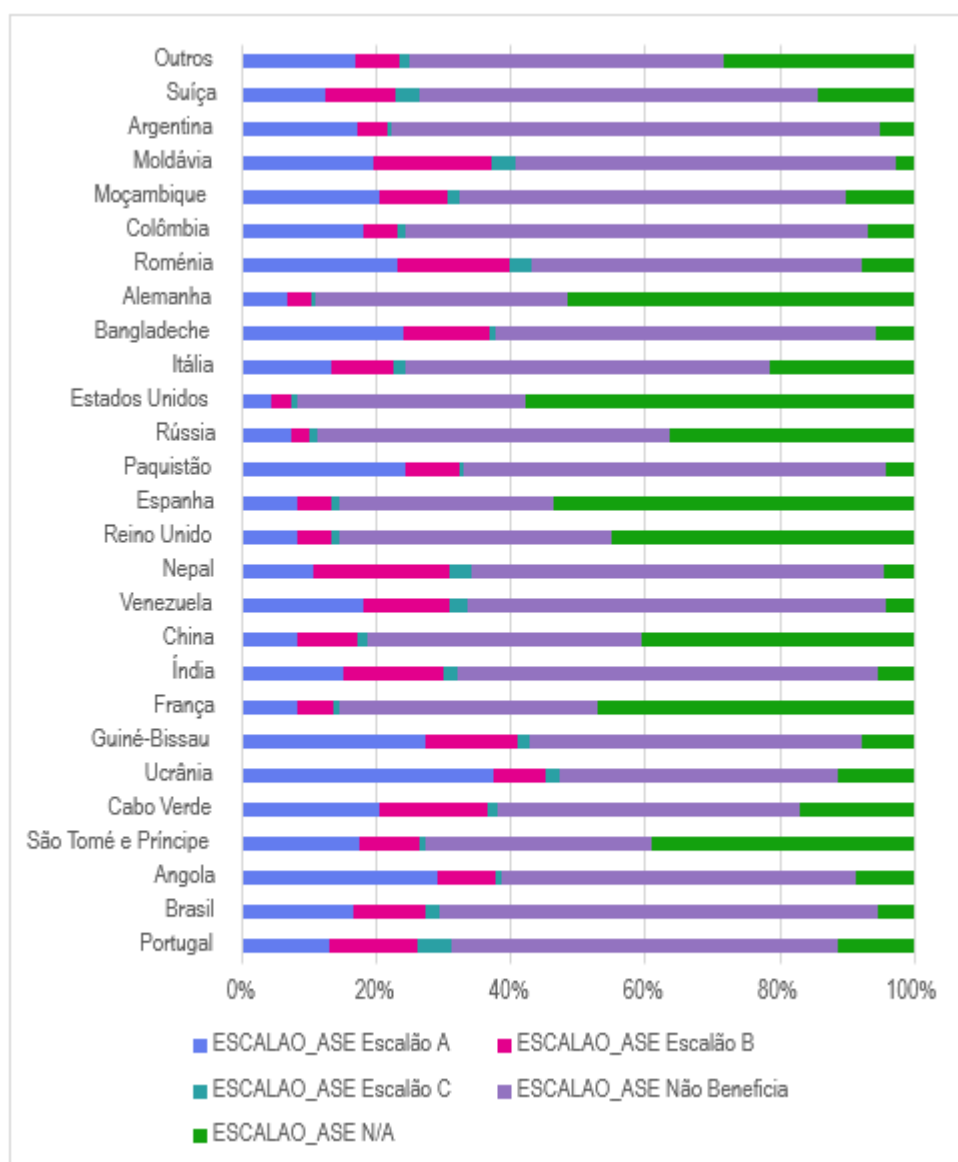


Figura 8. Distribuição dos alunos com apoio social escolar, por nacionalidade e escalão, em 2023/24 (%)

## **Estudo 2**

# **As perceções das Direções de 122 Agrupamentos de Escolas Portugueses sobre as suas políticas e práticas de inclusão de estudantes internacionais**

**Ana Mouraz, Irina Borges**

# 1. Enquadramento

O estudo *As perceções das Direções de 122 Agrupamentos de Escolas Portugueses sobre as suas políticas e práticas de inclusão de estudantes internacionais* foca-se em dados recolhidos no projeto *AquiMeEncontro*, especificamente na secção IV do questionário, que foi aplicado às direções dos Agrupamentos de Escolas de Portugal Continental.

A justificação deste estudo, de cariz quantitativo, reside na necessidade expressa no projeto, aquando da sua proposição, de ter dados extensivos sobre as políticas e as práticas, desenvolvidas pelos AE para responderem à crescente procura dos seus serviços educativos por alunos internacionais.

O conceito integrador e que sustenta o presente estudo é o de agência curricular das Escolas. O conceito pode ser definido como a capacidade coletiva das escolas e dos seus professores de recontextualizar as políticas nacionais e de as traduzir no seu campo de ação. Trata-se de um processo social dinâmico e não linear de interpretação ( que cada escola e os seus professores fazem com base nas suas experiências de desenho curricular), de mediação e negociação ( o que implica negociar entendimentos com professores menos envolvidos, com estudantes e as suas famílias) ( Priestley, Alvungar, Philippou & Soini, 2021) , e de translação do pensado para o possível.

Ao reconhecer um papel de agência curricular às escolas aprofunda-se a ideia norteadora do projeto que pretendeu tomar como objeto as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e por estas, e não os alunos internacionais, o constitui a natureza específica do *AquiMeEncontro*.

Do exposto se infere que este estudo particular pretende obter uma visão geral das interpretações que as escolas fazem do seu papel neste domínio específico do acolhimento dos estudantes internacionais e justifica o recurso à escala de tipo Lickert, como se explicita na secção da metodologia.

Assim , as questões a que este estudo se propõe responder são as seguintes:

- Que medidas políticas concretas têm sido implementadas pelos Agrupamentos de Escolas Portugueses para a integração de estudantes internacionais, nomeadamente no que concerne à oferta educativa e ao acolhimento?
- Que parcerias estabelecem os Agrupamentos de escolas para promover a integração escolar dos alunos internacionais?
- Como se caracterizam as práticas de integração de acordo com as três dimensões associadas ao trabalho possível das escolas (Dimensão curricular; Dimensão sócio económica; Dimensão socio-emocional; dimensão socio-cultural )

- Como é que as escolas avaliam os resultados dessas iniciativas?
- Que indicadores podem ser utilizados para apreciar a efetividade da inclusão de estudantes internacionais ?

## 2. Metodologia

### Recolha de dados

A recolha de dados do projeto *AquiMeEncontro*, desenvolvido no âmbito do concurso *Science4Policy 2023 (S4P-23)* e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, decorreu em conformidade com o cronograma previamente estabelecido e aprovado. Entre setembro e novembro de 2024 foi efetuado o levantamento e análise da legislação relativa às políticas educativas de integração de crianças e jovens imigrantes e refugiados no sistema público português (2015-2025). Em paralelo, foi concebida a primeira versão de um inquérito por questionário dirigido aos 811 Agrupamentos de Escolas (AE) do país, estruturado na plataforma **Qualtrics XM**, garantindo acessibilidade, usabilidade e segurança no registo das respostas. O instrumento foi submetido a apreciação e obteve aprovação da Direção-Geral da Educação, de acordo com o Despacho n.º 15847/2007, tendo sido atribuída a autorização n.º 0813400002 em 16 de outubro de 2024. Antes da sua aplicação em larga escala, foi realizado um **pré-teste piloto** junto de três diretores de AE, permitindo aferir a clareza, pertinência e volume das questões e proceder aos ajustamentos necessários.

A divulgação do questionário iniciou-se com um **webinar realizado a 30 de outubro de 2024**, dirigido a todos os AE, no qual foram apresentados os objetivos do projeto e sublinhada a relevância da participação. O evento contou com investigadores do projeto e representantes institucionais e associativos, entre os quais o Conselho Nacional de Educação, a Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas e a Comunidade de Bangladesh do Porto. Foi igualmente transmitido um vídeo de sensibilização, com testemunho de uma diretora de AE, membro do Conselho de Escolas. Na mesma data foi remetido, por correio eletrónico institucional, o **link de acesso ao questionário**, acompanhado de nota explicativa relativa aos objetivos do estudo, salvaguardas éticas e contactos da equipa. Cada submissão originava automaticamente uma mensagem de agradecimento ou, em caso de preenchimento incompleto, o envio de um link de reencaminhamento, numa monitorização efetuada duas vezes por semana. Com o objetivo de potenciar a taxa de resposta, foram também estabelecidos **contactos telefónicos diretos** com AE e, em dezembro de 2024,

a Direção-Geral da Administração Escolar reforçou o apelo à colaboração. Apesar destes esforços, verificou-se uma **baixa taxa de adesão** e numerosos questionários incompletos. Em fevereiro de 2025, a equipa deliberou introduzir alterações simplificadoras no questionário, facilitando o seu preenchimento, e enviou novo pedido de participação, incluindo a possibilidade de delegar a resposta a outros agentes escolares mais diretamente envolvidos nos processos de integração.

A recolha decorreu até ao final do primeiro trimestre de 2025, alcançando **126 respostas válidas**, distribuídas por diferentes distritos e contextos educativos.

Paralelamente, foram desenvolvidos **13 estudos de caso em escolas com práticas consideradas exemplares** e solicitados dados oficiais à **Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)**, permitindo articular a informação obtida por via direta com indicadores estatísticos nacionais.

Todo o processo observou os princípios éticos da investigação, assegurando **anonimato, confidencialidade e consentimento informado** dos participantes. A metodologia implementada garantiu, assim, a produção de evidências empíricas sobre as práticas de integração de alunos imigrantes no sistema educativo português.

## Instrumentos

O questionário, administrado em formato eletrónico através da plataforma **Qualtrics XM**, encontra-se organizado em quatro secções principais, totalizando **40 perguntas**, maioritariamente de resposta fechada, complementadas por itens de resposta aberta destinados à recolha de descrições qualitativas. A estrutura e codificação das variáveis respeitou os princípios de organização de dados quantitativos, assegurando a posterior análise estatística e a triangulação com dados qualitativos.

A primeira secção (S1) corresponde à **caracterização geral da escola/agrupamento de escolas**. Inclui variáveis relacionadas com o número total de estudantes inscritos e respetiva distribuição por ciclo de ensino (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB, secundário científico-humanístico e secundário profissional), bem como a proporção de estudantes de nacionalidade estrangeira e a sua condição de beneficiários de apoio social escolar («Q1.1.N.ºTotalAlunos»; «Q1.2.N.ºAlunosEstrangeiros»);

«Q1.3.AlunosEstrangeirosASE»). Adicionalmente, recolhem-se dados sobre os **países de origem** dos estudantes estrangeiros («Q1.4.PaísOrigem»), o **estatuto legal** (refugiados, requerentes de asilo, menores acompanhados ou não) e a existência de estruturas específicas de apoio à integração («Q1.5.EstruturasApoio»).

A segunda secção (S2) visou identificar as **ofertas educativas orientadas para estudantes de nacionalidade estrangeira**. Esta secção encontrava-se subdividida em três dimensões:

1. **Currículo formal** («Q2.1.OfertasCurricularesFormais»), que contempla a existência de PLNM (Português Língua Não Materna), grupos/turmas específicos de acolhimento, apoios pedagógicos diferenciados, número de docentes envolvidos e parcerias estabelecidas;
  2. **Currículo informal ou extracurricular** («Q2.2.AtividadesCurricularesInformais»), que inclui projetos regulares de interculturalidade, programas de mentoria, clubes e redes de escolas;
  3. **Atividades ocasionais** («Q2.3.AtividadesOcasionais»), como semanas temáticas, feiras gastronómicas, festas multiculturais ou eventos de sensibilização.
- Cada item foi estruturado de forma a recolher dados quantitativos (n.º de participantes, horas/semana, profissionais envolvidos) e qualitativos (descrição de práticas e parcerias).

A terceira secção (S3) recolhe informação sobre **práticas inovadoras e eficazes de integração**. São solicitadas descrições de duas atividades desenvolvidas nos anos letivos de 2022/2023 e/ou 2023/2024, com identificação dos seus objetivos específicos («Q3.1.ObjetivosAtividade»), intervenientes e papéis desempenhados («Q3.2.Intervenientes»), bem como as evidências que justificam a sua eficácia («Q3.3.EvidênciasEficácia»). Esta secção combina variáveis abertas e fechadas, permitindo análises qualitativas temáticas complementares à estatística descritiva.

A quarta secção (S4) corresponde à **avaliação das políticas e práticas pedagógicas de integração**. Estruturada em 30 itens de escala de Likert de 5 pontos («1=Discordo totalmente» a «5=Concordo totalmente»), esta secção avalia dimensões como:

1. **Governança e políticas escolares** (ex.: «Q4.1.DiscussãoÓrgãosDireção»; «Q4.2.ArticulaçãoPolíticasEscolas»),
2. **Participação de atores educativos** (ex.: «Q4.7.AssociaçãoEstudantes»; «Q4.9.AssociaçãoPais»),
3. **Capacitação (sensibilização e ação) profissional** (ex.: «Q4.12.SensibilizaçãoProfessores»)«Q4.13.Preparação para a inclusão»,
4. **Práticas de integração** (ex.: «Q4.19.CarizPedagógicoDidático»; «Q4.21.CarizSocioemocional»; «Q4.22.CarizSociocultural»),
5. **Indicadores positivos e negativos de inclusão** (ex.: «Q4.29.AlteraçõesCurriculares»; «Q4.24.CasosBullying»;
6. **Parcerias e interculturalidade** (ex.: «Q4.27.GastronomiaCantina»; «Q4.23.Parcerias e apoios externos»).

Por fim, é solicitado o **estatuto/função do respondente** («Q5.Função»), abrangendo categorias como diretor, subdiretor, adjunto da direção ou assessor, e facultada a possibilidade de acrescentar **comentários adicionais** («Q5.1.ComentáriosLivres»).

No total, o questionário contempla **82 variáveis**, organizadas da seguinte forma:

- 22 variáveis na **Secção I** (caracterização geral e sociodemográfica das escolas e alunos),
- 18 variáveis na **Secção II** (ofertas curriculares formais, informais e ocasionais),
- 12 variáveis abertas e descritivas na **Secção III** (práticas inovadoras e eficazes),
- 30 variáveis na **Secção IV** (escala de Likert relativa a políticas, práticas e perceções).

O desenho do questionário foi informado por **quadros teóricos e normativos nacionais e internacionais**, nomeadamente: (i) a legislação portuguesa relativa à inclusão de crianças e jovens imigrantes no sistema educativo (Despacho n.º 15847/2007 e Lei Constitucional n.º 1/82); (ii) estudos prévios sobre políticas e práticas educativas em contextos de diversidade (Sousa et al., 2021; Seabra et al., 2023); e (iii) referenciais europeus sobre educação intercultural (Conselho da Europa, 2018). Estes

fundamentos garantiram a **validade teórica e metodológica** do instrumento, assegurando a sua adequação ao contexto nacional.

## **Validação do questionário**

O questionário utilizado no âmbito do projeto foi concebido especificamente para o estudo, tendo em conta os objetivos definidos e os referenciais nacionais e internacionais sobre integração de estudantes imigrantes no sistema educativo. A sua construção baseou-se em três dimensões centrais: **caracterização dos agrupamentos dos alunos de nacionalidade estrangeira, identificação de práticas de integração (curriculares e extracurriculares) e perceções das políticas e práticas pedagógicas em vigor.**

O processo de validação incluiu várias etapas complementares. Numa primeira fase, foi realizada uma **análise crítica por parte de especialistas em educação intercultural e políticas educativas**, membros da equipa de investigação da Universidade Aberta, que avaliaram a clareza, pertinência e alinhamento teórico das questões. Numa segunda fase, procedeu-se à **pré-testagem do instrumento junto de três diretores de Agrupamentos de Escolas (AE)**, com o objetivo de avaliar a adequação do volume de questões, a linguagem utilizada e a operacionalização prática do questionário. As sugestões recolhidas permitiram introduzir melhorias significativas, nomeadamente na simplificação da redação de determinados itens e no ajustamento da ordem das perguntas para facilitar a fluidez do preenchimento.

Posteriormente, a versão revista foi submetida à **Direção-Geral da Educação (DGE)**, que emitiu a **autorização n.º 0813400002 em 16 de outubro de 2024**, ao abrigo do Despacho n.º 15847/2007. Esta autorização certifica não apenas a conformidade legal e institucional da aplicação do questionário, mas também o respeito pelos princípios éticos da investigação, designadamente a proteção de dados pessoais, o anonimato e a confidencialidade da informação recolhida.

Importa destacar que o processo de validação assegurou a **adequação do questionário ao contexto nacional**, garantindo a sua relevância para a análise das práticas de integração em escolas públicas portuguesas. Ao mesmo tempo, a triangulação com

estudos de caso e revisões de literatura assegura a robustez metodológica, reforçando a fiabilidade e a validade interna do instrumento e dos dados obtidos.

## Codificação dos dados

A base de dados do projeto **AquiMeEncontro** foi estruturada em formato **SPSS (.sav)** a partir das exportações da plataforma **Qualtrics XM**, tendo posteriormente sido convertida para **Excel (.xlsx)** para exploração adicional e produção de alguns gráficos. A **unidade de análise** corresponde ao **Agrupamento de Escolas (AE)**, sendo que cada questionário submetido deu origem a uma linha da base de dados.

Foram consideradas para análise as **122 respostas válidas** recebidas no período de recolha de dados (outubro de 2024 a março de 2025). Em virtude da alteração /simplificação do questionário foram apenas consideradas as respostas dadas aos secções II, III e IV. A codificação obedeceu a critérios de rigor metodológico, assegurando a rastreabilidade entre cada variável e o item correspondente do questionário original, bem como a consistência necessária para análises estatísticas. e triangulação com dados qualitativos.

Os dados das secções II e III foram já objeto de análise no Relatório qualitativo deste projeto. Quanto à secção I, por ser omissa em muitas das respostas recebidas dos AE, optou-se por analisar os dados oficiais oriundos da DGEEC para os anos de 2022/2023 e 2023/ 2024. Foram, também, esses dados que permitiram criar as variáveis independentes de caracterização dos AE que foram utilizadas na análise dos dados recolhidos na secção IV.

- Conjunto de **30 itens em escala de Likert (5 pontos)**:
  - Codificação: -2=Discordo totalmente; -1=Discordo; 0=Não concordo nem discordo; 1=Concordo; 2=Concordo totalmente.
  - Dimensões incluídas: governança e políticas escolares, participação de atores (professores, pais, alunos, associações), capacitação docente/não docente, práticas pedagógicas, clima

escolar (bullying, indisciplina) e inovação curricular (uso de tecnologias, adaptação cultural).

- Itens formulados em sentido negativo (e.g., bullying, segregação por origem) foram marcados para **recodificação inversa** em análises compósitas.

## Construção de indicadores derivados

Foram criados indicadores e índices compósitos a partir das variáveis primárias, com vista a sintetizar e interpretar padrões de resposta:

- **Percentagem de estudantes estrangeiros por AE:**

$$\text{perc\_estrangeiros} = \frac{n_{\text{estrangeiros}}}{n_{\text{total}}} \times 100$$

- **Percentil do Agrupamento**

A variável compósita Percentagem de estudantes estrangeiros por AE foi analisada de forma a estabelecer os percentis e respetivos valores limite.

Tabela 1- Cálculo dos percentis da variável % de alunos internacionais

		Percentis						
		5	10	25	Percentis			
					50	75	90	95
Média Ponderada (Definição 1)	percentagemalunosestr	2,5941	4,0166	8,0334	12,7153	18,2120	30,6597	37,0219
Teste de Tukey	percentagemalunosestr			8,0348	12,7153	18,1818		

A variável foi depois redefinida consoante os AE pertenciam ao percentil 25; 50; 75 ou mais, tendo sido atribuídos os valores ordinais correspondentes de 1 a 4.

- **Zona Urbana ou Rural do Agrupamento de Escolas**

A partir da identificação do AE foi feita a correspondência ao carácter Urbano ou rural da zona de envolvência dos mesmos.

- **Área Geográfica**

A partir da identificação do AE foi feita a correspondência à área geográfica dos mesmos, a saber : região Norte; região centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo e Algarve.

- **Dimensão do Agrupamento**

A partir da identificação do AE e em correlação com os dados recolhidos junto da DGEEC, foi feita a correspondência ao nº de estudantes inscrito em cada AE e considerou-se esse valor para dividir os AE com menos e mais do que 1000 alunos.

### **Validação externa e triangulação**

- Procedeu-se ao confronto das percentagens de estudantes estrangeiros por AE com os dados oficiais da **Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC, 2025)**, garantindo um **sanity check macro** sobre a plausibilidade da amostra.

### 3. Resultados

#### Amostra do estudo

Como antes referido, neste relatório apresentam-se os dados recolhidos na secção IV do Questionário que visava analisar as políticas, as práticas e perceções das Direções dos AE sobre a inclusão de alunos internacionais.

Responderam a esta secção do questionário 122 AE, sendo 44 da Região de Lisboa e Vale do Tejo; 40 da Região Norte; 26 da região Centro; 10 do Alentejo e 2 do Algarve. A maioria dos AE respondentes servem áreas urbanas (tabela 1).

*Tabela 2- Área geográfica e carácter urbano/rural de implantação do AE*

**Tabulação cruzada area geográfica \* Zona urbana ou rural do concelho**

Contagem

		Zona urbana ou rural do concelho		Total
		Urbano	Rural	
area geográfica	norte	18	22	40
	centro	12	14	26
	lisboa e vale do tejo e península de setúbal	39	5	44
	alentejo	3	7	10
	algarve	2	0	2
Total	74	48	122	

Os AE respondentes têm um total de 168808 alunos inscritos e, desses, 26361 são estrangeiros. No cruzamento da área geográfica dos AE com o indicador relativo à percentagem de alunos internacionais, constata-se que é na região de Lisboa e Vale do Tejo que existe uma percentagem mais elevada de alunos internacionais. Nos AE das regiões norte e centro este indicador está mais distribuído. Os dois AE que responderam e pertencem à região do Algarve têm mais alunos estrangeiros do que média.

Tabela 3- Área geográfica e percentagem de alunos internacionais no AE

**Tabulação cruzada area geográfica \* percentil - percentagem de alunos internacionais no AE**

Contagem

		percentil - percentagem de alunos internacionais no AE				Total
		menos de 8%	entre 8% e 12,7%	entre 12,8% e 18%	mais de 18%	
area geográfica	norte	15	15	8	2	40
	centro	5	6	9	6	26
	lisboa e vale do tejo e península de setúbal	4	9	11	20	44
	alentejo	4	3	2	1	10
	algarve	0	0	1	1	2
Total		28	33	31	30	122

Outra variável utilizada na análise foi o número total de alunos inscritos em cada AE, que foi codificada de modo alternativo consoante se estava em presença de um AE com menos ou mais de 1000 alunos inscritos.

Os AE respondentes da região de Lisboa e Vale do Tejo têm maioritariamente mais de 1000 alunos, o que também acontece no Algarve e na Região Norte e Centro.

Tabela 4- Área geográfica e tamanho do AE

**Tabulação cruzada area geográfica \* AE tamanho**

Contagem

		AE tamanho		Total
		Até 1000 alunos	Mais de 1000 alunos	
area geográfica	norte	13	27	40
	centro	10	16	26
	lisboa e vale do tejo e península de setúbal	9	35	44
	alentejo	8	2	10
	algarve	0	2	2
Total		40	82	122

## Análise de dados

Como antes referido a escala de tipo Lickert continha itens diretamente relevantes para aquilatar a política da escola relativamente aos estudantes internacionais; a apreciação do papel desempenhado pela Associação de estudantes e pela Associação de Pais e EE nesse trabalho de inclusão; a avaliação, feita pelos respondentes da sensibilização e ação do pessoal docente e não docente relativamente à inclusão de alunos internacionais; a caracterização das práticas de inclusão levadas a efeito pelo AE; a importância atribuída a indicadores positivos e negativos de inclusão e, finalmente à apreciação da existência e do papel de parcerias externas, estabelecidas pelos AE com a finalidade de partilhar iniciativas de inclusão de alunos internacionais com outras entidades.

## Políticas de escola

Nos itens relativos a esta dimensão apreciavam-se aspetos relacionados com a discussão de assuntos associados à inclusão de estudantes estrangeiros no seio dos órgãos de direção; aspetos relacionados com a abertura da escola à articulação com outras entidades e outros AE vizinhos sobre a temática a inclusão de estrangeiros; aspetos relacionados com a criação de estruturas específicas para apoio à inclusão de estudantes internacionais, e aspetos relacionados com a monitorização dessa inclusão.

Na generalidade os níveis de concordância ultrapassam os 80%, exceção feita à articulação com outros AE, cujos níveis de discordância ultrapassam os 20%.

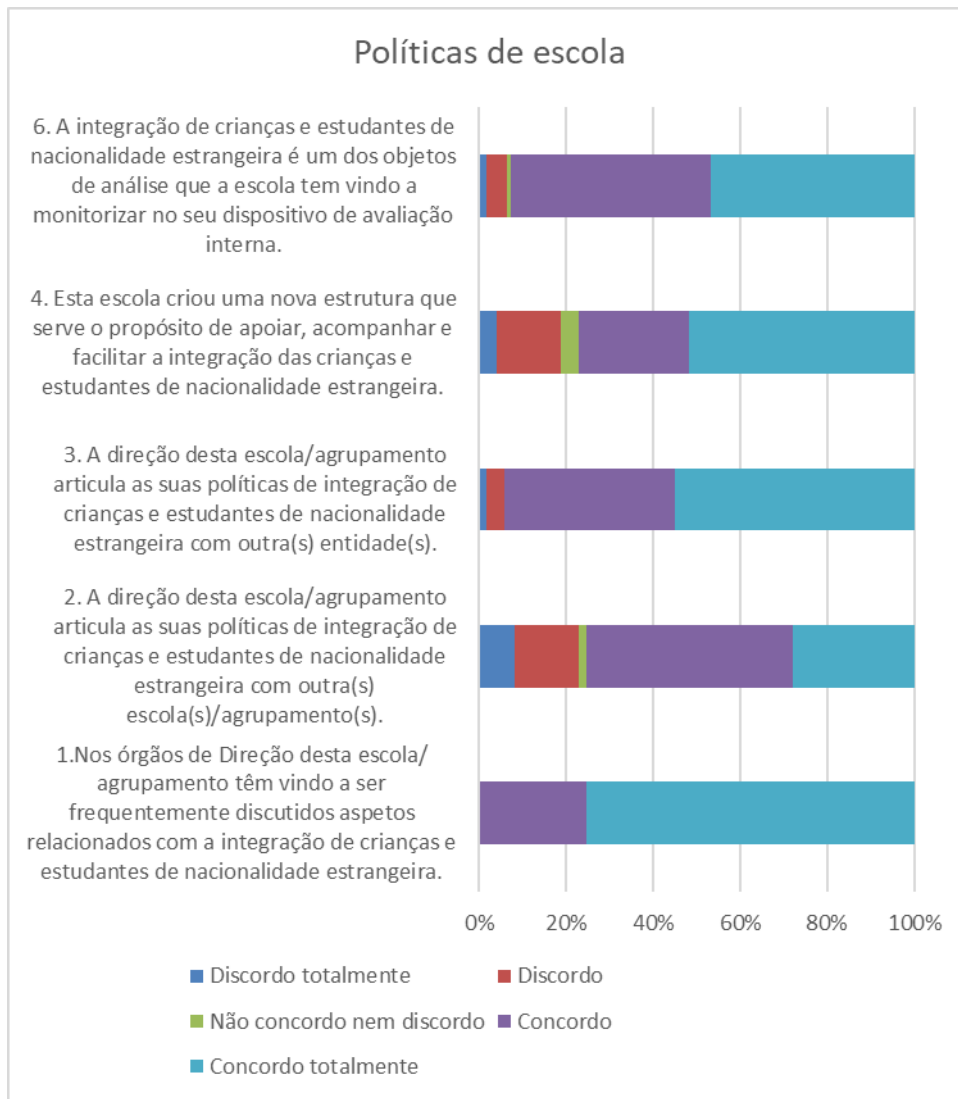


Figura 1- Distribuição de respostas nos itens associados às políticas de escola

Na análise diferenciada das médias de concordância dos itens deste bloco constata-se uma diferença significativa ( para um  $p < 0.05$ ) entre a discussão interna sobre o assunto, que é estatisticamente mais importante e diferenciada de todos os outros. No sentido inverso, o item relativo à articulação com outros AE assume pouca importância e destaca-se a diferença significativa aos restantes itens.

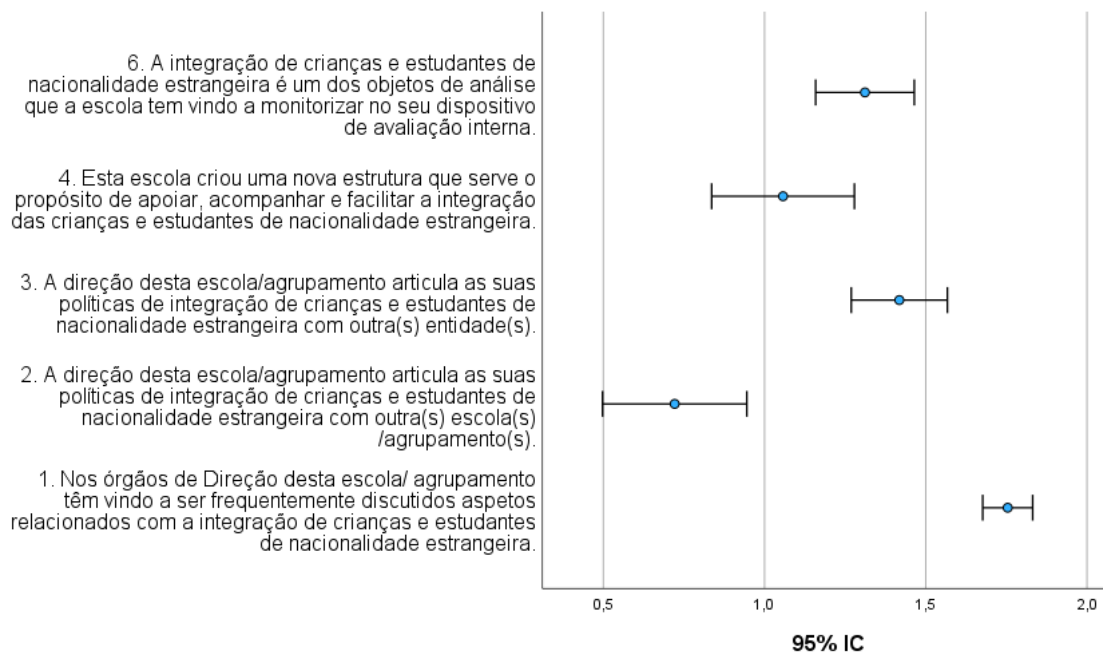


Figura 9- Diferenças significativas nos itens associados às políticas da escola

Na análise da relação com as variáveis independentes consideradas: região geográfica; zona rural ou urbana de implantação do AE, tamanho do AE ou percentagem de alunos internacionais, não se encontrou entre qualquer destas, fator explicativo significativo para qualquer destes itens.

### Participação da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e EE

No grupo de itens desta dimensão apreciava-se a participação ativa destas duas entidades no apoio, organização de iniciativas específicas para inclusão de estudantes internacionais, e, ainda a integração de alunos e EE nos corpos diretivos das respetivas associações.

Os respondentes tendem a discordar dos itens que qualificavam a participação das Associações de estudantes e de Pais e EE nos processos de inclusão de estudantes estrangeiros. A exceção a esta tendência diz respeito ao item 10 que diz respeito à intervenção da Associação de Pais na identificação e resolução de casos problemáticos relativos à integração de crianças e estudantes de nacionalidade estrangeira, com mais de 50% de respostas de concordância. Também se constata que há uma percentagem

entre 5% e 8% de respostas que não expressam tendência – “ Não concordo nem discordo”.

O indicador que aparece quantificado de forma mais negativa é o que apreciava a inclusão de estudantes internacionais nos corpos diretivos da Associação de estudantes.

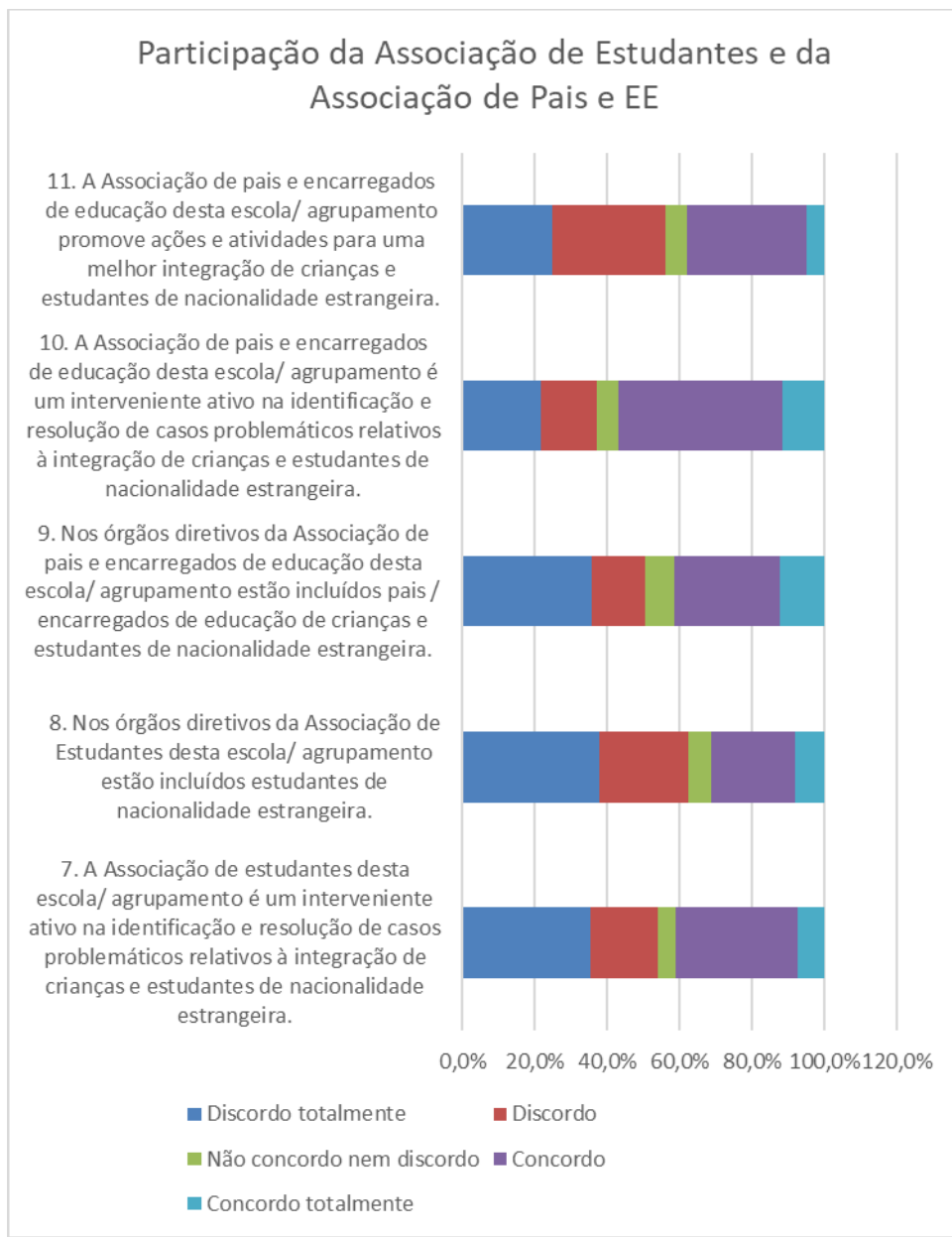


Figura 3-Distribuição de respostas nos itens associados à participação das Associações de alunos e de Pais e EE

Na análise diferenciada das médias de concordância dos itens deste bloco constata-se uma maior dispersão de respostas e apenas uma diferença , estatisticamente significativa entre o item da participação de estudantes internacionais nos corpos

diretivos da Associação de estudantes e os valores médios obtidos no item que qualificava a disponibilidade da Associação de Pais e EE para identificar e resolver problemas relativamente ao tema em debate.

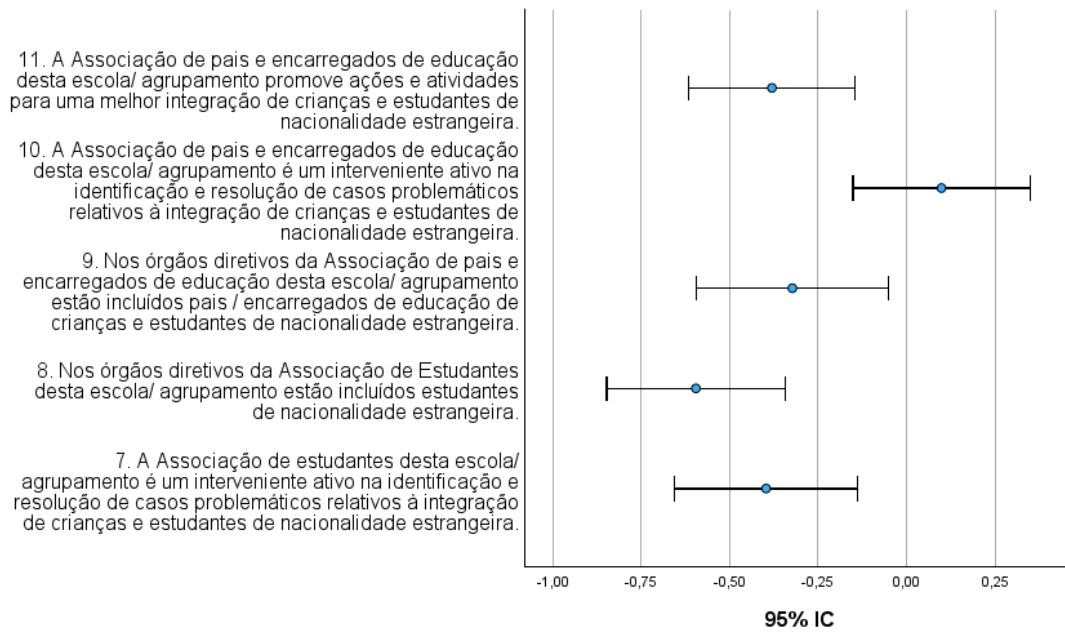


Figura 4-Diferenças significativas nos itens associados à participação das Associações de alunos e de Pais e EE

Na análise do poder explicativo das variáveis independentes consideradas, encontraram -se diferenças estatisticamente significativas entre as escolas com mais ou menos 1000 alunos na concordância com o item 7. Foram as escolas maiores que assinalaram mais concordância com este item (para um  $p= 0.05$ )

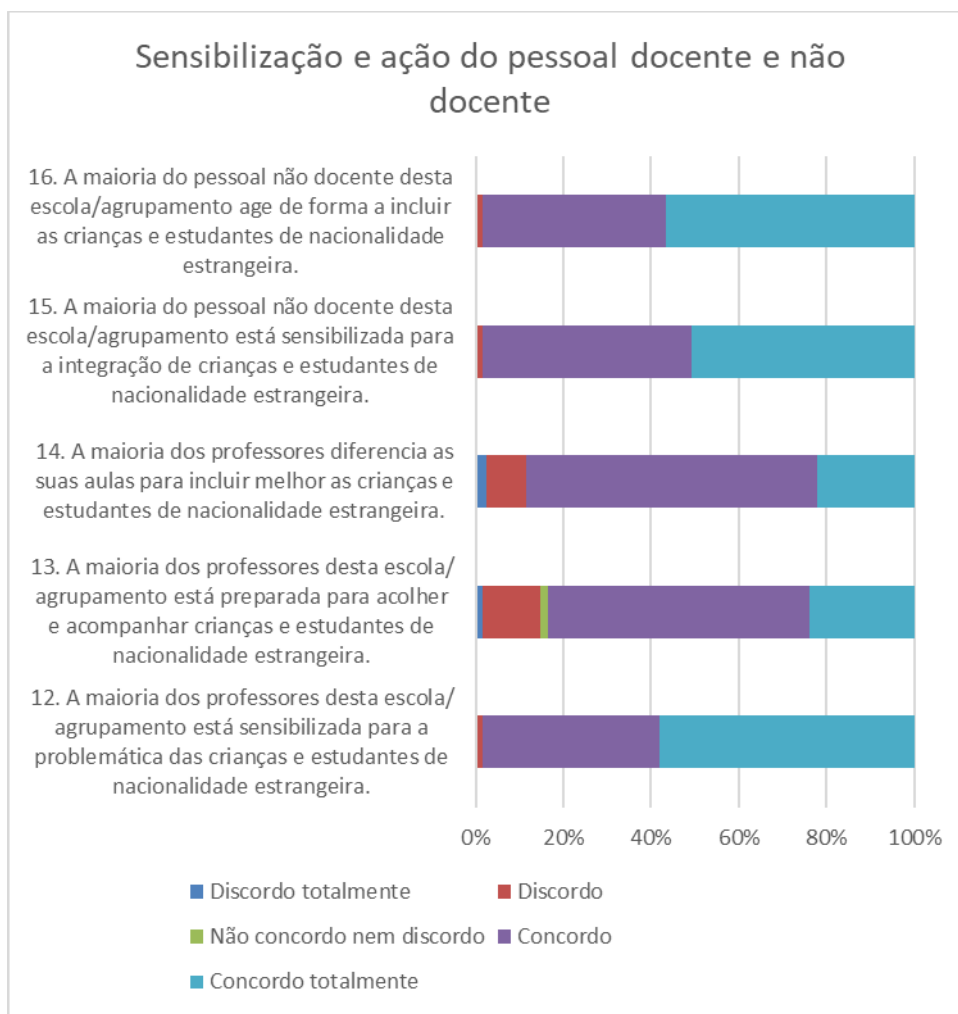
Também o carácter urbano das escolas ajuda a explicar a sua maior concordância com o item 9 (para um  $p= 0.009$ ).

Ter uma percentagem maior de 13% de alunos internacionais também ajuda a explicar as diferenças encontradas no que diz respeito aos itens 8 e 9 (respetivamente  $p=0.006$  e  $p=0,036$ ). Nessas escolas os alunos internacionais e seus Pais estão mais presentes nos corpos diretivos das respetivas Associações.

### Sensibilização e ação do pessoal docente e não docente

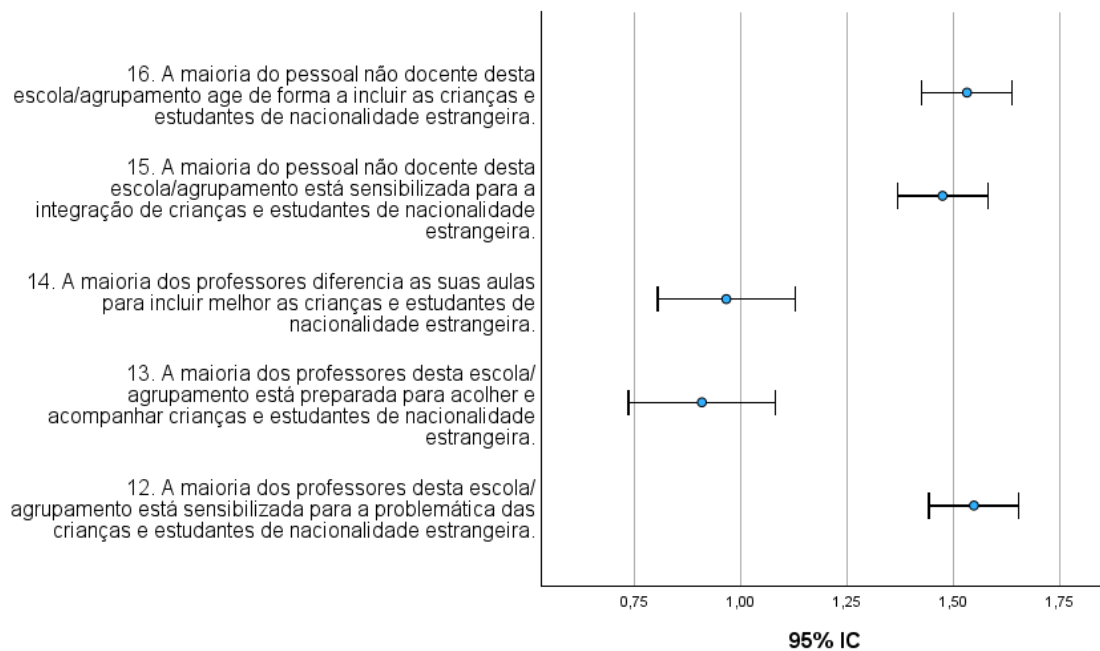
Nesta dimensão agruparam-se itens relativos à sensibilização e ação do pessoal docente e não docente, bem como uma apreciação da preparação dos professores para acolher e acompanhar alunos internacionais.

Os resultados são tendencialmente concordantes com as afirmações, mas se há uma quase unanimidade na concordância relativamente à sensibilização de todos e à ação dos trabalhadores não docentes, em cerca de 18% dos AE os professores não estão preparados para acolher alunos internacionais e não diferencia as suas aulas para os incluir melhor.



*Figura 5 -Distribuição de respostas nos itens associados à sensibilização e ação do pessoal docente e não docente*

A análise diferenciada das médias dos itens evidencia claramente a significância estatística desse resultado, assim como a menor dispersão de respostas nos três itens melhor pontuados.



*Figura 6-Diferenças significativas nos itens associados à sensibilização e ação do pessoal docente e não docente*

Na análise mais fina que procurou encontrar relações entre estes resultados e as variáveis independentes, constatou-se que a maior percentagem de alunos internacionais verificava uma diferença significativa no item 13 (para um  $p = 0,048$ ), relativamente às respostas dos AE com menos % de estudantes internacionais.

Por outro lado, o carácter rural das comunidades onde os AE estão implantados, também ajuda a explicar a maior concordância destas com os itens 14, 15 e 16. (respetivamente  $p=0,029$ ;  $p=0,010$ ;  $p= 0,008$ ).

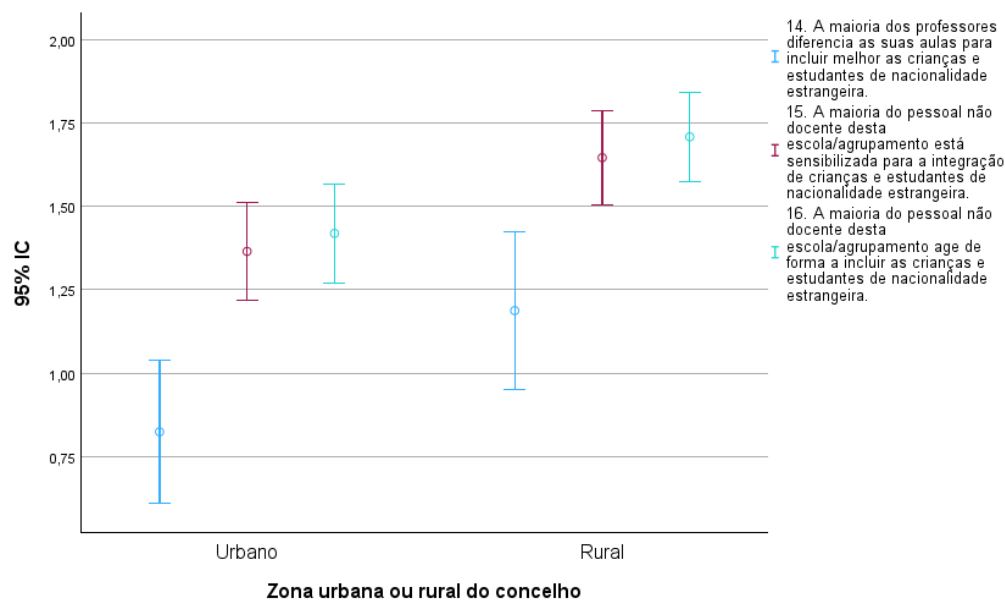


Figura 7-Diferenças significativas explicadas pela variável de urbanidade da zona envolvente do AE nos itens associados à sensibilização e ação do pessoal docente e não docente

Finalmente encontraram-se diferenças entre os AE da Região norte quando comparadas com a Região de Lisboa e Vale do Tejo nos itens 15 e 16 ( respetivamente para um  $p= 0,005$  e  $p=0,014$ ). É nos AE de Lisboa e Vale do tejo que estes itens obtiveram um maior nível de concordância.

### Caraterização das práticas de inclusão

O bloco de caraterização das práticas de inclusão, desenvolvidas pelos AE pretendia verificar a importância relativa de práticas curriculares, de práticas de cariz socioeconómico, de práticas socioemocionais ou de cariz mais sociocultural.

Constata-se a omnipresença da concordância relativa ao desenvolvimento de práticas orientadas para a aprendizagem dos conteúdos didáticos, para a valorização dos aspetos socioemocionais e socioculturais das atividades dinamizadas pelos AE. Os aspetos socioeconómicos foram assinalados em 80% das respostas.

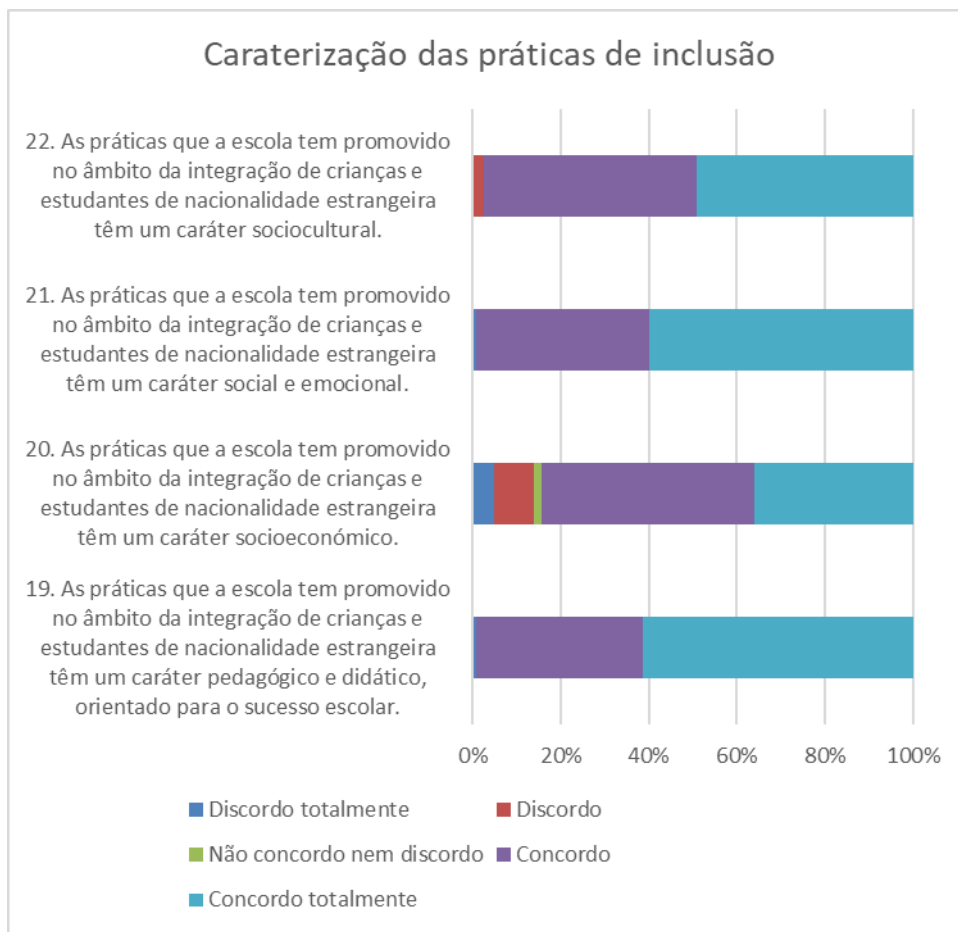


Figura 8-Distribuição de respostas nos itens associados à caraterização das práticas de inclusão

A diferença na apreciação qualitativa da caraterização das iniciativas de inclusão volta a aparecer estatisticamente diferenciada no quadro seguinte.

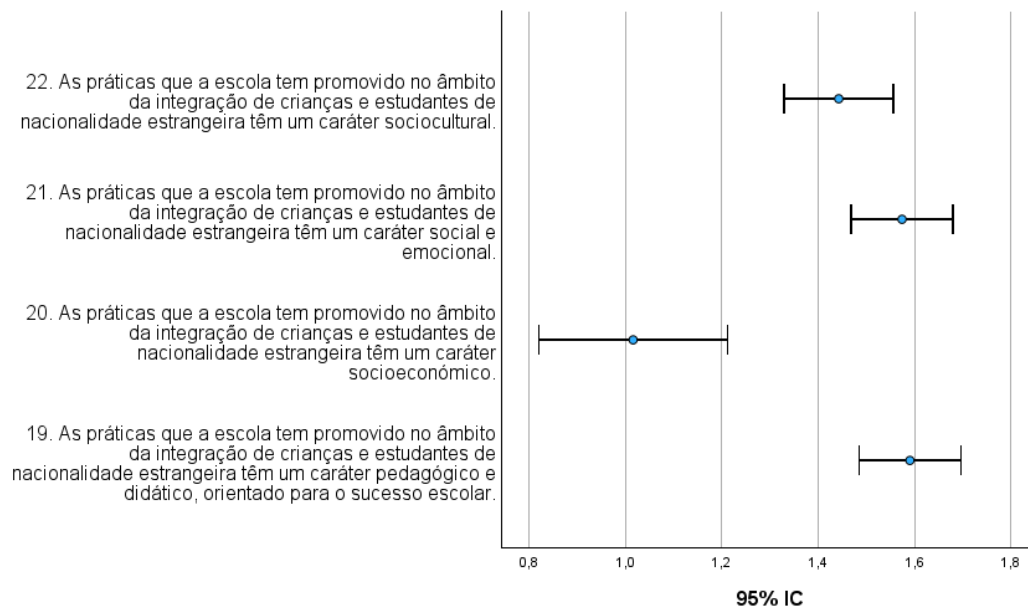


Figura 10-Diferenças significativas nos itens associados à caracterização das práticas de inclusão

Todavia quando se verificou se as características dos AE tinham algum poder explicativo nestes resultados, constatou-se que os AE do Norte (quando comparados com os da Região de Lisboa e Vale do Tejo) e os AE de zonas rurais atribuíam mais importância aos aspetos socioeconómicos (respetivamente  $p= 0.014$  e  $p= 0.001$ ). Também os AE das zonas rurais davam mais importância aos aspetos socioemocionais da integração que os AE das zonas urbanas ( $p= 0, 04$ ).

### Indicadores positivos de inclusão

Os indicadores positivos de inclusão considerados foram o pedido de formação extra para os trabalhadores docentes e não docentes; o acréscimo de atendimentos nos SPO, a disponibilidade do AE em aceitar alterações curriculares propostas pelos alunos internacionais e a utilização de ferramentas digitais para apoiar a inclusão.

Além da quase unanimidade relativa à utilização de tecnologias educativas para apoiar a inclusão, constata-se que os três outros indicadores identificam níveis de discordância de 30%.

Há ainda a registar que 15,7% dos AE inquiridos disseram não saber ou não ter opinião sobre o efeito da integração da estudantes internacionais no trabalho dos Serviços de psicologia e orientação (SPO)

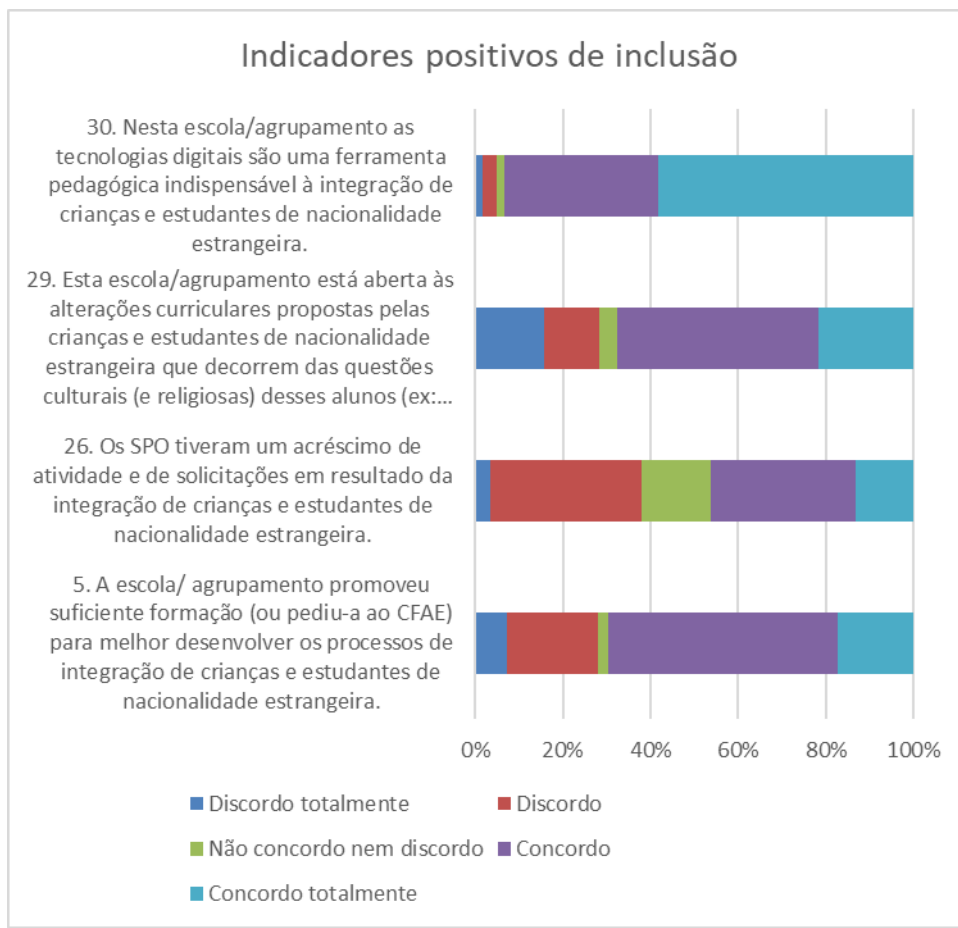


Figura 10-Distribuição de respostas nos itens associados aos indicadores positivos de inclusão

A análise comparativa das médias e da dispersão confirma a tendência identificada, bem como a maior dispersão de respostas dos AE ao item 29.

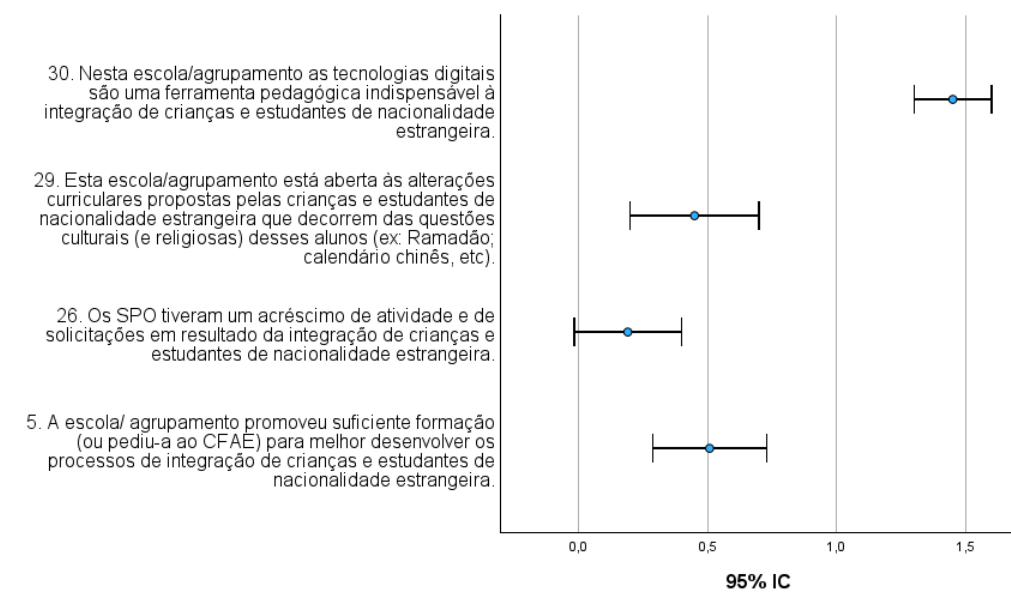


Figura 11-Diferenças significativas nos itens associados aos indicadores positivos de inclusão

Neste grupo de itens não foram encontradas diferenças , estatisticamente significativas que possam estar relacionadas com as variáveis independentes consideradas.

### Indicadores negativos de inclusão

Entre os indicadores negativos de inclusão, aqueles que podem ser considerados como elementos que verificam a menor eficácia das estratégias de acolhimento de estudantes internacionais, foram incluídos o uso da língua materna como língua de comunicação entre pares, e, correlativamente a tendência a fazer grupo com quem é também estudante estrangeiro e vem de países culturalmente próximos. Foram ainda escolhidos casos de indisciplina e de *bullying* associados a alunos internacionais como indicadores negativos de inclusão.

Os resultados dão um retrato dicotómico: há uma clara constatação que os alunos internacionais tendem a comunicar e estar próximo com quem fala a mesma língua, mas tal segregação não é sinónimo de indisciplina ou de episódios de *bullying*.

Todavia , é notório o nº elevado de respostas *Não concordo, nem discordo* associados a estes dois últimos itens que se cifram em 51% e 52% respetivamente.

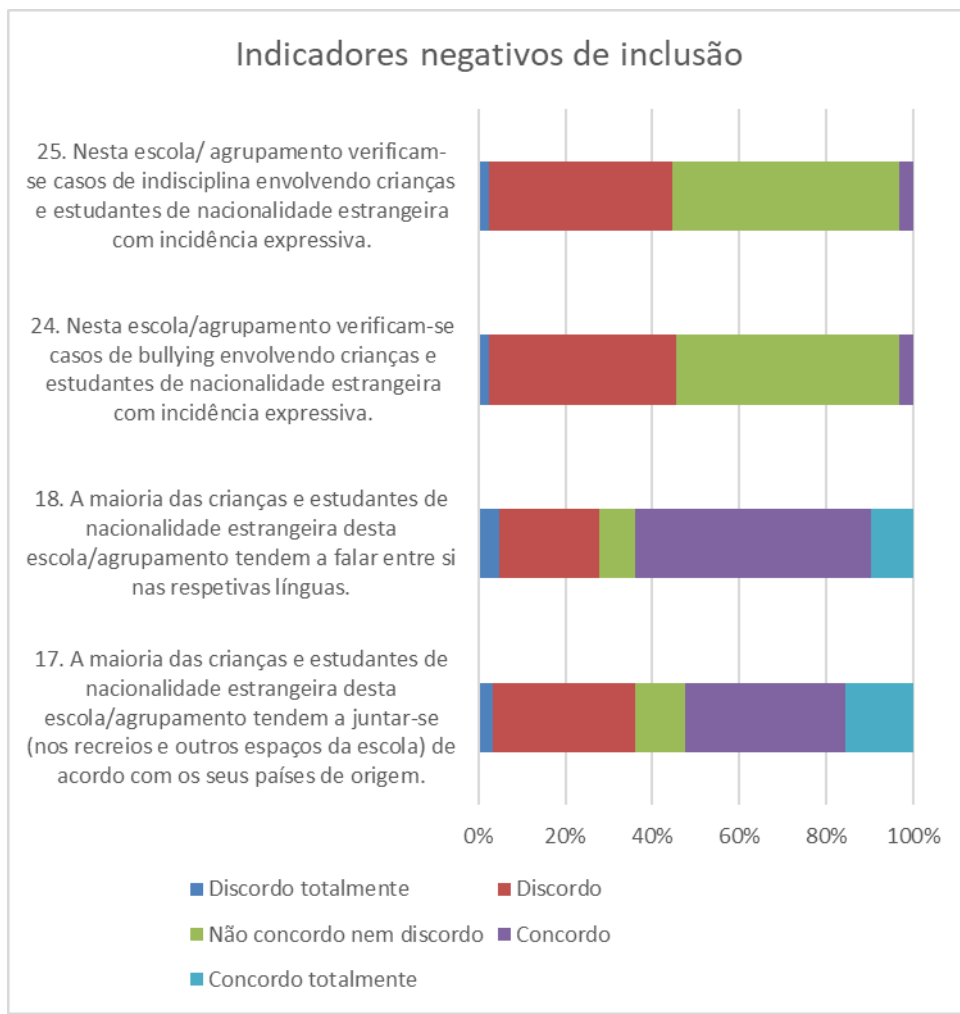


Figura 12-Distribuição de respostas nos itens associados aos indicadores negativos de inclusão

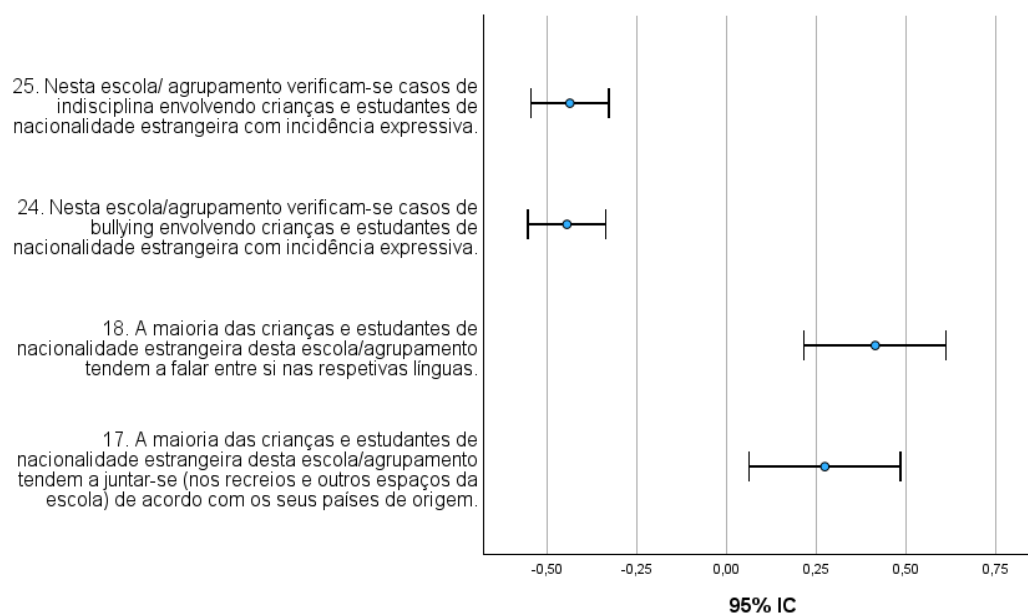


Figura 13-Diferenças significativas nos itens associados aos indicadores negativos de inclusão

A maior percentagem de alunos internacionais constitui um fator diferenciados e explicativo dos resultados obtidos nos itens 17 e 18 (respetivamente  $p=0,016$  e  $p=0,036$ ). São os AE onde existe maior percentagem desses alunos que registam maiores níveis de concordância com estes itens.

Também os AE da região de Lisboa e Vale do Tejo tendem a concordar mais do que os seus congéneres do Norte com o item 17 ( $p=0,006$ ).

### Parcerias e interculturalidade

O último bloco de itens correspondia à apreciação das parcerias e da dimensão de interculturalidade que os AE estão dispostos a desenvolver, para incluir melhor os seus estudantes estrangeiros. Incluía o estabelecimento de parcerias de colaboração com entidades externas para apoio a atividades da escola ou para apoio a atividades desenvolvidas por outras pessoas ou organizações, e o reconhecimento das diferenças culturais que a serem aceites e integradas na escola e no currículo poderiam facilitar a inclusão.

O item que foi objeto de maior concordância refere-se ao apoio solicitado pelos AE a entidades externas e o item que obteve menores níveis de concordância diz respeito à inclusão de produtos e receitas gastronómicas na cantina do AE, culturalmente associados aos países da população de estrangeiros que o frequentam. Cerca de 26,7% dos AE não sabiam responder ou não concordavam nem discordavam do item.

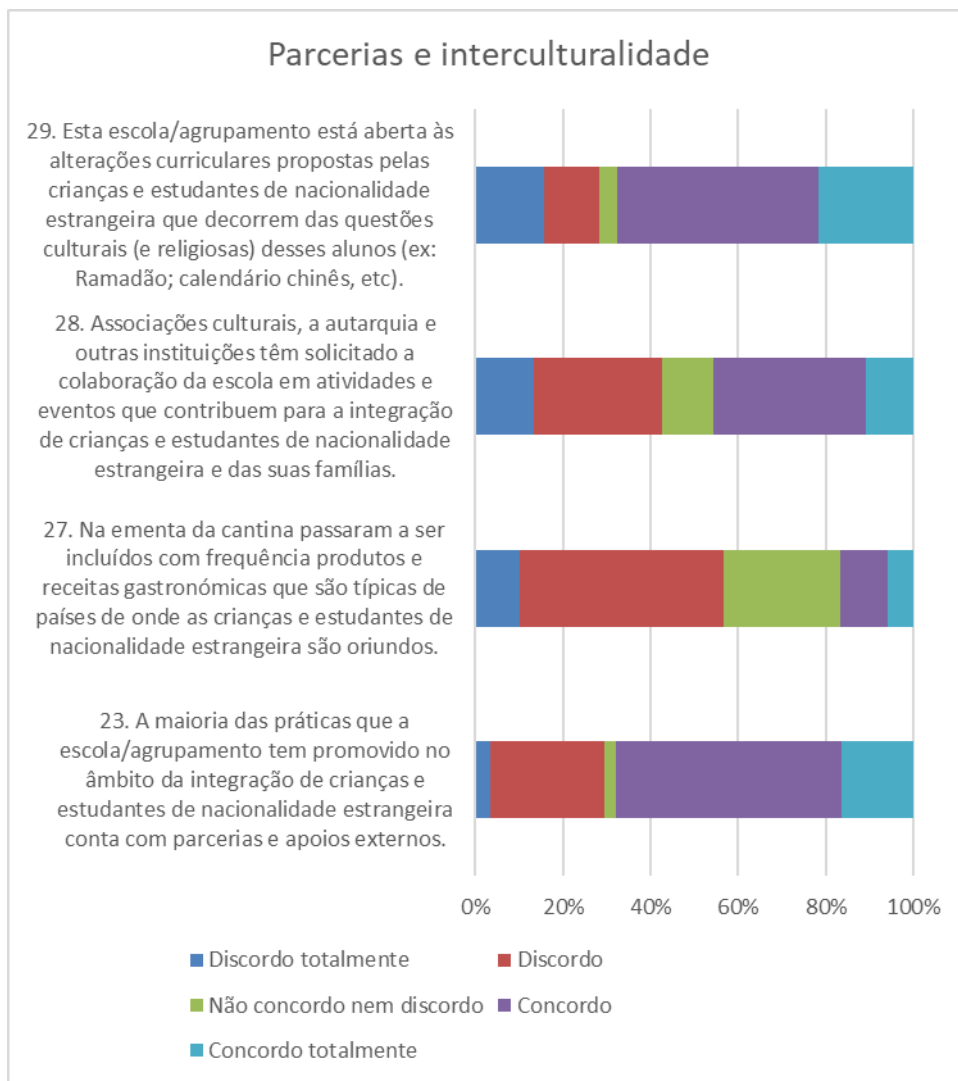


Figura 14-Distribuição de respostas nos itens associados às parcerias e interculturalidade

Na análise das diferenças das respostas médias obtidas constata-se a tendência antes identificada de não utilização da cantina e das refeições como ocasião de promoção da interculturalidade. O aspeto mais interessante desta análise é a diferença estatisticamente significativa entre os níveis de concordância com o pedido de apoio a organizações e entidades externas para incluir melhor os alunos internacionais, e o resultado do item 28 de dar apoio as entidades externas que estão no terreno do acolhimento de estrangeiros.

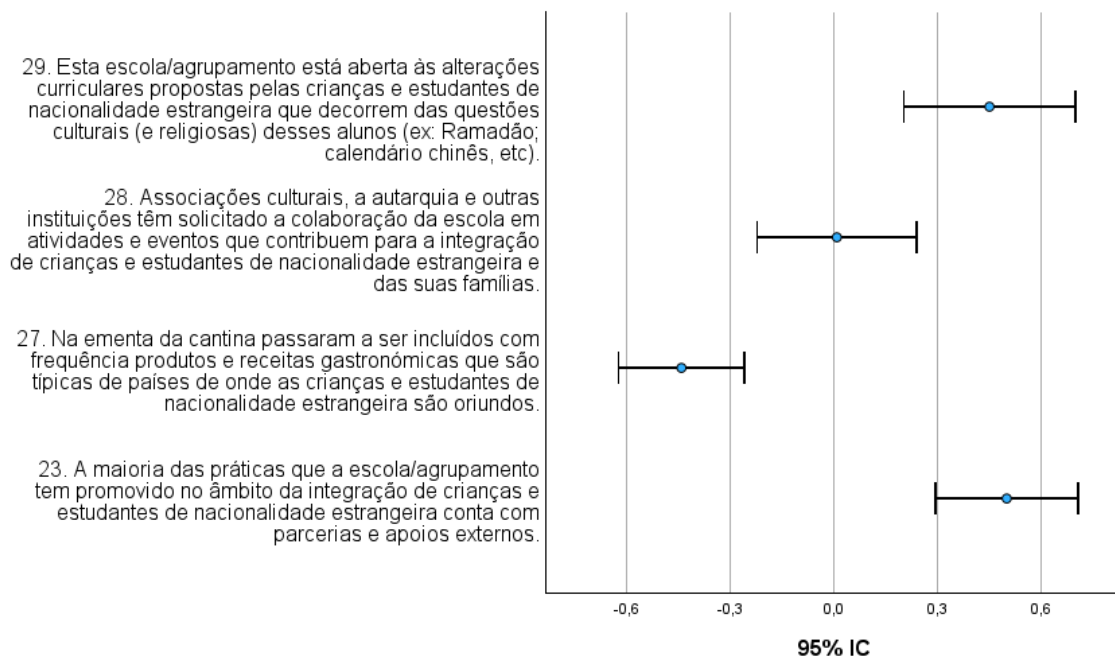


Figura 15-Diferenças significativas nos itens associados às parcerias e interculturalidade

Encontraram-se diferenças significativas nos níveis de concordância das escolas rurais, quando comparadas com as escolas urbanas relativamente à importância das parcerias e apoios externos (  $p= 0,013$ ).

## 4. Conclusão

Este estudo teve como objetivo identificar eixos estruturantes do acolhimento que os Agrupamentos de Escolas entendem e põem no terreno para incluir os alunos internacionais. Trabalhou os dados quantitativos de 122 AE oriundos das respostas das direções respetivas à escala de tipo Lickert, construída para o efeito.

Responde-se agora, parcialmente, às questões norteadoras.

Das respostas obtidas no bloco das políticas concluímos que todas as Escolas estão sensibilizadas para a temática da inclusão dos estudantes internacionais e discutem o assunto nos órgãos de direção. Também a articulação das políticas da escola com outras entidades é preocupação manifesta pela maioria. Apesar disso a articulação de políticas

com outros AE foi alvo de menor consenso. Muitos AE precisaram de criar uma estrutura específica para coordenar o acolhimento dos estudantes internacionais e boa parte deles monitorizam a inclusão destes estudantes.

A participação das Associações de estudantes e das Associações de Pais e EE no acolhimento de estudantes internacionais nos AE respondentes, obteve concordâncias modestas. Acresce que a maioria destas associações não inclui membros oriundos de outros países nos seus corpos dirigentes.

De acordo com os AE respondentes, a sensibilização do seu quadro de pessoal docente e não docente, para o assunto do acolhimento dos estudantes internacionais, é total. Também a ação dos trabalhadores não docentes é de plena inclusão. Apesar da sensibilização plena, em cerca de 15% dos AE os professores não diferenciam as suas aulas para acolher os estudantes internacionais e em 20% dos casos os professores não estão preparados para o fazer.

Quanto à caracterização das prioridades de acolhimento desenvolvidas pelos AE elas são simultaneamente de cariz académico e didático, de carácter socioemocional e sócio cultural. A dimensão socioeconómica é prioridade, sobretudo nos AE implantados nas zonas rurais.

Na análise das parcerias estabelecidas pelos AE constata-se que a maioria pede apoio a organizações e entidades externas para incluir melhor os alunos internacionais, todavia, parece que esses pedidos não são recíprocos, porquanto se constata uma menor concordância em dar apoio as entidades externas que estão no terreno do acolhimento de estrangeiros.

Quanto a práticas interculturais, constata-se uma abertura para diversificar a oferta curricular para atender às necessidades e desejos de quem chega de fora. Todavia a possibilidade de oferecer ocasionalmente menus dos países de origem dos estudantes internacionais não mereceu a mesma concordância. É possível atribuir essa impossibilidade a contratos pré-existentes com os serviços de catering, mas a diferença também pode ser explicada pela tolerância das diferenças e a discordância em experimentar essas diferenças.

Finalmente, testou-se o alcance de alguns indicadores positivos e negativos de inclusão de estudantes internacionais. Pese embora o seu carácter de indicador necessite de explicitação e quantificação para poder constituir um instrumento de gestão. Foram eles: casos em que os estudantes internacionais usam a língua materna e não a língua de instrução para comunicar com os pares; casos em que os estudantes se agrupam no recreio com estudantes dos mesmos países de origem; casos de indisciplina envolvendo alunos internacionais; casos de *bullying* sobre alunos internacionais; casos e estratégias, de uso das tecnologias digitais para facilitar a inclusão de estudantes internacionais; casos de alterações curriculares que se associam a questões religiosas e culturais dos alunos internacionais; atendimentos dos SPO a alunos internacionais; horas de formação destinadas a professores e a trabalhadores não docentes sobre a temática da inclusão.

## 5. Limitações do estudo

O número reduzido de respostas dos AE(122), face ao universo possível (811), nomeadamente em áreas geográficas onde se regista um número maior de presença de pessoas de outras nacionalidades constitui a principal, senão a única limitação deste estudo.

## 6. Referências bibliográficas

- Oliveira, C. R. (2022), Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2022, Coleção Imigração em Números (C. R. Oliveira, coord.), Observatório das Migrações
- Priestley, M., Alvunger, D., Philippou, S. & Soini, T., (2021) Curriculum Making in Europe. Emerald Publishing Limited edition.